

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Instituto de Psicologia

Manoela Guimarães Gomes

**CENAS E SONHOS: AS RELAÇÕES ENTRE OS MOVIMENTOS DE OCUPAÇÃO
E OS DIREITOS SOCIAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como
requisito parcial à obtenção de título de psicóloga

Orientadora: Neuza Maria de Fátima Guareschi

Comentadora: Carolina dos Reis

Porto Alegre, dezembro de 2018

Dedico este trabalho de conclusão a todas as mulheres que conheci durante as tardes deste ano de 2018, na sala 110, do prédio da Defensoria Pública do Estado do RS. Mulheres pretas, brancas, indígenas, meninas, velhas, mães, filhas, avós, irmãs, companheiras. Porque a luta e a resistência são todas elas, todos os dias.

*Corre alta Severina noite
De baixo do lençol que te tateia a pele fina
Pedras sonhando pó na mina
Pedras sonhando com britadeiras
Cada ser tem sonhos a sua maneira
Cada ser tem sonhos a sua maneira*

Lula Queiroga

Agradecimentos

A minha avó Maria Beatriz por ter me levado pela mão e ao seu lado a ocupar as ruas desde minha infância; a minha mãe Ana Gabriela pelo afeto e apoio incondicional; a Victória pela troca cotidiana no território de nossa casa e por ocupar comigo redes invisíveis de luta; ao Thomaz por crescermos juntos desde o primeiro dia de aula; a Ana Maria, Caroline, Francisca, Gabriela, Marina e Rebeca pela amizade e pelo aprendizado do coletivo; aos amigos Lucy, Gabriela Berengan, Augusto, Rodrigo Isoppo e Sofia por compartilharem comigo as alegrias e angústias de um espaço-tempo, a Cris e a Luísa pelo intenso ano de trabalho e de aprendizado; ao Abel por cantar que “no hay revolución sin amor” e pelas caminhadas e encontros pelo sul do continente americano.

Resumo

Este trabalho busca analisar as relações entre os movimentos de ocupação urbana, em especial os de moradia, e os direitos sociais a partir de cenas e sonhos que traduzem como esta temática afetou e produziu interrogações à autora ao longo dos anos de 2013 a 2018, período em que realizou sua graduação no curso de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Para isto se utilizou o conceito de território do geógrafo Milton Santos, que o define para além de um espaço geográfico, como base para pensar a relação entre os movimentos de ocupação urbana por moradia e os direitos sociais, os quais são garantidos à população principalmente pelas políticas públicas da assistência social. Assim, o texto explora o entrelaçamento entre esses três elementos: território, ocupações urbanas e direitos sociais, em que juntos são capazes de agenciar demandas sociais como efeito da produção socioespacial de territórios, onde a possibilidade da invenção de outros mundos, modos de relação e de existências se potencializam nas microrrelações cotidianas.

Palavras-chave: Ocupações, território, direitos sociais, sonhos.

Sumário

1. Apresentação.....	06
2. Um Começo - Junho de 2013.....	08
3. Nova York e os Yanomamis co-habitam a minha fronteira.....	11
4. Sobre Território e Direitos Sociais.....	14
5. “Enquanto morar for um privilégio, ocupar é um direito”.....	22
6. Ocupa-se pela falta e pela busca de direitos sociais.....	30
7. Uma Análise da Ocupação de Mulheres Mirabal.....	33
8. Considerações Finais.....	40
9. Referências Bibliográficas.....	43

Cometa-Xapari

No fim do ano passado, dou-me conta que foi o ano em que mais sonhei. Ou melhor, o ano em que mais lembrei dos meus sonhos após despertar. O ano mais difícil dos últimos anos, o ano mais doido e tumultuado foi, para mim, o ano em que mais sonhei. Quando pensava nisso pelas primeiras vezes atribuía ao fato de ter lido muitos livros de histórias interessantes – elas deviam estar aguçando minha imaginação e meu inconsciente, mexendo em tudo lá por dentro. Depois atribui não só aos livros, mas aos intensos acontecimentos políticos e sociais que surgiam dia após dia. Também pensava nas novas amizades e amores que encontrei durante o ano. Mas será que é possível definir uma, duas, três causas para o ato de sonhar? Creio que não... Mesmo assim, sigo encantada e estranhada por essa outra dimensão que habitamos ao adormecer. Essa dimensão sem tempo e espaço definido, onde numa mesma noite podemos nascer e morrer, onde somos crianças e daqui a pouco velhos, onde os detalhes não devem passar despercebidos, onde podemos voar e chorar até acordar. Ainda pensando sobre os sonhos recordo-me de uma vez em que fui assistir a um documentário intitulado Xapari exibido em um ciclo de cinema sobre a população indígena, na sala redenção (sala de cinema da UFRGS). O documentário falava sobre o xamanismo na etnia Yanomami que vive na floresta amazônica do Brasil e da Venezuela. Após a exibição do documentário, houve um bate-papo com algumas pessoas convidadas e dentre elas estava um indígena da etnia Guarani Mbya. Nesse bate-papo falou-se sobre o tema dos sonhos que aparecia e ilustrava lindas cenas no documentário e perguntaram ao indígena guarani o que significava sonhar para sua cultura. Ele se manteve em silêncio por alguns instantes e disse algo próximo a ideia de que sonhar é como viver; é tão real quanto viver, quanto a própria vida em si. Lembrei, a partir de sua resposta, de outros momentos em que tomei conhecimento sobre como os Guarani Mbya se relacionam com os sonhos. Uma vez, um amigo me contou que os guaranis ao acordar, sentam-se juntos em roda e relatam uns aos outros o que sonharam na última noite. Também lembrei de um professor o qual contou que o planejamento do futuro da vida dos guaranis orienta-se segundo os sonhos, é preciso sonhar com aquilo que está por vir para então se planejar. Isto tudo me faz pensar nas distintas formas de se viver os sonhos em cada cultura. Enquanto a nossa cultura branca e ocidental

traduz os sonhos para decifrar o passado, os indígenas parecem traduzir os sonhos como ponta de lança para o futuro.

Fevereiro de 2017

1. Apresentação

A escrita desse trabalho de conclusão me oportuniza reunir o olhar da militante, da pesquisadora e da (futura) Psicóloga em um mesmo território, zona, região. Um território ou pedaço de tempo histórico de onde emerge um eu militante-estudante-psicóloga que habitou em mim nos últimos anos, meses, dias e que ganha um só corpo aqui. Esse corpo que lhes escreve, e que lhes fala.

Perceber-me habitando hoje esse corpo que caminha pelo território-TCC, só foi possível devido à entrada e a experiência de estudar em uma universidade pública entre os anos de 2013 e 2018. Um espaço que me deslocou de um centro tão natural, tão branco e europeu, tão masculino e autoritário, tão violento na sua tendência a homogeneização de todos e de tudo. Habitar a Universidade Federal do Rio Grande do Sul durante esses anos, foi, para mim, como habitar um território fronteiro, onde a diferença de cores, de dialetos, de origem, de costumes e de existências se encontravam diariamente nos corredores, saguões, diretórios e salas de aula.

Este território fronteiro mais se assemelha às fronteiras em disputa e em conflito do que àquelas que, após violentos acordos, encontram-se no perturbador silêncio da dita paz. Digo isso, pois habitar a Universidade foi como habitar um campo de batalha em que sujeitos os quais foram historicamente excluídos e segregados de espaços de poder não aceitam mais as mesmas teorias, discursos, ideias e vozes que os calaram e, ainda, tentam calar.

Penso que é impossível não sair ferido, talvez em pedaços, desse campo. Não importa a cor, a crença, ou o desejo sexual. Todos que habitaram ou que apenas cruzaram rapidamente esta fronteira foram, de alguma forma, atingidos pelos destroços de um espaço em ruínas que tenta, desesperadamente, não condenar à morte seus guerreiros e transeuntes. Não é a morte ou o fim da Universidade que se deseja, mas a morte de um funcionamento hegemônico, excludente, colonizado e colonizador.

A escrita deste trabalho de conclusão de curso reflete, portanto, por onde transitei e caminhei, assim como os espaços que ocupei nos últimos anos. Também reflete um pouco de como que os espaços me permearam, de que forma me habitaram, de que forma ocuparam minha consciência e meu inconsciente criando narrativas, imagens e territórios durante meu sono e durante meu tempo desperta. Trarei ao longo desta escrita, junto com textos de acontecimentos que vivi, alguns sonhos que tive nos últimos anos, pois é bem verdade que presto atenção neles a fim de que me deem pistas, com as surpresas que ali aparecem, de como estou habitando esse tempo histórico e de como ele me habita, me revira, me chacoalha. Acho que foi uma forma que encontrei de ler o mundo, assim como de me lê-lo nele.

Assim, trarei quatro textos, que os chamei de textos-cometas, para comporem a escrita deste trabalho de conclusão. As cenas dos textos chegaram até mim nos últimos anos sem me pedir licença, sem anúncio prévio, sem aviso algum. Chegaram reluzindo, por vezes me queimando, porém sempre alumando o espaço ao redor de seus trajetos. Aviso agora que eles chegarão da mesma forma por aqui e o primeiro deles, como devem ter notado, já até chegou. Alguns dos textos descrevem sonhos meus; outros descrevem acontecimentos que vivi desperta, mas que às vezes num lapso de memória me soam como sonhos. Na verdade, a natureza dos textos-cometas pouco importa, pois conforme dito no primeiro cometa: “sonhar é como viver; é tão real quanto viver, quanto a própria vida em si”.

Ouso definir como metodologia deste trabalho o compartilhamento das cenas e sonhos, as quais nomeei de textos-cometas, que ocuparam meu corpo durante os anos de faculdade e que produziram análises, interrogações, deslocamentos e, por fim, a escrita deste trabalho de conclusão de curso. Ao fim de cada texto-cometa há uma data, que demarca quando que os restos da experiência - vivida ou sonhada - ganharam os contornos das palavras, da narrativa. A data exata da cena ou sonho pode ser de alguns dias, semanas ou até meses antes, o que significa que os textos estão circunscritos por um período de tempo, o qual demarco entre os anos de 2013 e 2018.

Foi durante este intervalo de tempo que as cenas do mundo produziram as minhas e vice-versa. Foi durante este intervalo de tempo que os meus sonhos foram afetados pelos sonhos de quem reivindica por moradia digna, afetados por quem é criminalizado por lutar por direitos sociais e por quem inventa novas formas de organização e mobilização. Dessa forma, este trabalho busca analisar as relações entre as novas formas de mobilização social, em especial os movimentos de ocupação urbana, e os direitos sociais dentro do contexto político e social dos anos citados, que não por coincidência são os anos de minha passagem

pela universidade. Anos estes em que estudei e me engajei com os movimentos de ocupação urbana, uma das mais importantes formas de organização popular por moradia dos últimos anos.

A escrita deste trabalho, logo, será guiada pela minha passagem pelo Instituto de Psicologia. Passagem esta que me aproximou dos movimentos sociais de ocupação urbana, tornando-os o meu principal objeto de análise, estudo e engajamento. Desse modo, iniciarei o trabalho retomando o contexto político social a partir do ano de 2013, ano em que ingressei na Universidade, no curso de Psicologia.

2. Um começo - Junho de 2013

Minha entrada para o curso de graduação de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) ocorreu no segundo semestre do ano de 2013. Havia morado fora do Brasil no primeiro semestre do mesmo ano e retornava para o país ansiosa a fim de iniciar minha formação acadêmica. Vivi longe os meses que antecederam este começo, assim como também acompanhei de longe toda efervescência política que tomou o Brasil e Porto Alegre no mês de junho de 2013. Foi a primeira vez desde a adolescência, época na qual passei a me interessar por fatos e acontecimentos políticos, que acompanhei à distância um grande e intenso movimento político e social do meu país. Sentia desejo de estar em minha cidade ao mesmo tempo em que aproveitava a ocasião para “de fora” tentar compreender o contexto político a partir da distância. Mesmo com a proposta a tal exercício de compreensão, que poderia me aproximar de outra forma do que acontecia no Brasil, a memória que em mim ficou sobre o mês de junho de 2013 foi semelhante aquelas que são transmitidas por algum professor ou alguém mais velho, que precisa compartilhá-las para significar e transmitir o acontecimento histórico. Ela ressoa em mim como outras tantas memórias de tempos em que não vivi, ou porque não tinha ao mundo chegado, ou porque era ainda muito miúda a ponto de significá-las.

Sobre estas manifestações importa, aqui, demarcar alguns pontos em relação a sua composição social e pautas reivindicatórias de modo que ajude na compreensão do contexto político e das lutas sociais que emergiram naquele momento histórico. Segundo autores que estudam as manifestações de Junho de 2013, a transformação da pauta das manifestações de Junho de 2013 (inclusive por captação da mídia politicamente conservadora) revelou uma exponencial heterogeneidade da composição social dos manifestantes ao longo dos

sucessivos protestos.¹ Nessa perspectiva, é possível dividir as manifestações de Junho de 2013 em três fases² a fim de possibilitar uma melhor visão dos recortes sociais e suas demandas.

A primeira fase reivindicava contra o aumento da tarifa do transporte público - pauta originária das manifestações, que foi encabeçada pelo Movimento Passe Livre primeiramente na cidade de São Paulo. Junto aos militantes do MPL, somava-se uma parte da classe média, em especial aquela que utiliza o transporte público para trabalhar e para acessar escolas e universidades, ou seja, uma classe média majoritariamente jovem. Nesse primeiro momento, já houve uma violenta reação da polícia, visivelmente percebida na manifestação do dia 13 de junho em São Paulo, que foi narrada por participantes e observadores como “cenas de guerra a céu aberto.”³

A segunda fase das manifestações configura-se pelos atos dos dias 17, 18, 19 e 20 de junho. Na segunda etapa ocorre a nacionalização das manifestações, que se espalhou por diferentes capitais do país, com um significativo aumento do número de manifestantes que chega a 75 mil pessoas no protesto do dia 17 de junho em São Paulo e a cerca de 1,5 milhões de pessoas no conjunto de todas as capitais, no dia 20. Após a violenta repressão policial do dia 13 de junho, os protestos sensibilizaram e chegaram à periferia de São Paulo, onde houve um expressivo processo de mobilização: bloqueio de várias rodovias, bloqueio de pontes, ocupação de trilhos por passageiros, ações direta contra ônibus e trens.⁴

Assim, a segunda fase é marcada pela participação de parte de um segmento populacional oriundo das periferias, nomeado, segundo Ruy Braga (2017) de “precariado”, devido às precárias condições de trabalho, em que a maioria (jovens) se encontrava. Também nesse momento, somam-se às manifestações setores tradicionais da classe média e por fim, a partir do dia 20, ocorre uma polarização política, sobretudo em São Paulo e Rio de Janeiro, entre os movimentos sociais organizados como o MPL, o Movimento dos Sem Terra (MST) e o movimento Periferia Ativa.⁵ Na quarta-feira, dia 19 de junho, consolida-se uma importante

¹ BRAGA, Ruy. A Rebeldia do Precariado. Trabalho e o neoliberalismo no Sul Global. São Paulo: Boitempo, 2017. 269p.

SINGER, André. “Brasil, Junho de 2013. Classes e Ideologias Cruzadas.” In: **Dossiê: Mobilizações, Protestos e Revoluções**. Revista: Novos Estudos Cebrap. n 97. São Paulo: Editora 34, 2013. p. 23-40.

² SINGER, 2013.

³ SINGER, André. “Brasil, Junho de 2013. Classes e Ideologias Cruzadas.” In: **Dossiê: Mobilizações, Protestos e Revoluções**. Revista: Novos Estudos Cebrap. n 97. São Paulo: Editora 34, p. 23-40, 2013. p. 25.

⁴ BRAGA, Ruy. A Rebeldia do Precariado. Trabalho e o neoliberalismo no Sul Global. São Paulo: Boitempo, 2017. 269p.

⁵ BRAGA, 2017.

vitória para a pauta inicial das manifestações e para o MPL: A prefeitura do município e o governo do estado de São Paulo revogam o aumento da passagem.

Na terceira e última fase que vai do dia 21 de junho até o fim do mês, o movimento fragmenta-se em mobilizações parciais com objetivos específicos, como a redução da tarifa dos pedágios e dos impostos; a derrubada da PEC 37; protestos contra o Programa Mais Médicos; etc. A heterogeneidade do recorte social presente desde a segunda fase até a terceira pôde ser percebida pelos diferentes enunciados que permearam estas fases e que resultaram na inevitável fragmentação e fim das manifestações na terceira e última fase. Enunciados como: “não é por vinte centavos, é por direitos”, que representou a incorporação de outros direitos sociais a demanda inicial do transporte público; reivindicação por saúde e educação “padrão FIFA”, que representou a crítica feita aos enormes gastos públicos do governo com as obras de mobilidade urbana e a construção de modernos estádios para a Copa do Mundo de 2014; bem como frases que diziam “Fora Dilma”, “Fora PT”, enunciadas por uma classe média e média alta, politicamente conservadoras, que também se fizeram presente nas manifestações.⁶

Ruy Braga (2017) e André Singer (2013) apontam a crise do modelo desenvolvimentista neoliberal, o qual foi posto em prática e consolidado pelos governos petistas, como a principal causa de retorno das grandes mobilizações e lutas sociais no ano de 2013, sendo as manifestações de Junho o ponto de ruptura entre uma passividade social e uma atividade que, então, irrompe em organizações populares e manifestações. Devido a uma política de regulação do governo lulista feita pela valorização salarial, distribuição de renda, incentivo ao consumo, geração de empregos, criação e efetivação de políticas sociais e pelo alinhamento de certos sindicatos e movimentos sociais ao Estado, gerou-se uma pacificação social que mascarou durante pouco mais de uma década os efeitos de tal sistema no país.

Segundo Boaventura de Sousa Santos (2018),

[...] as políticas que os governos do PT levaram a cabo entre 2003 e 2016 permitiram criar a ilusão de que eram geradoras de uma grande conciliação nacional numa sociedade atravessada por clivagens profundas de classe, raça e sexo. Isso foi possível, porque o contexto internacional permitiu um crescimento econômico que fez com que 50 milhões de brasileiros ficassem menos pobres, sem que os ricos deixassem de enriquecer. (SANTOS, 2018, p. 52-53)

Embora haja tido uma ampliação dos postos de trabalho formal, muitos destes se consolidaram por meio da precarização do trabalho oriundo da lógica da terceirização

⁶ SINGER, André. “Brasil, Junho de 2013. Classes e Ideologias Cruzadas.” In: **Dossiê: Mobilizações, Protestos e Revoluções**. Revista: Novos Estudos Cebrap. n 97. São Paulo: Editora 34, p. 23-40, 2013. p. 25.

estruturada pela alta rotatividade, pela baixa remuneração salarial e pela flexibilização das leis trabalhistas.⁷

Diante dos efeitos da crise financeira mundial de 2008 que culminaram no fim do grande ciclo das *commodities* (maior parcela de produtos exportados pelo Brasil) e no desaquecimento do ritmo do crescimento econômico, fez-se necessário, segundo a lógica neoliberal, impor políticas de austeridade e de espoliação a fim de retomar a acumulação de capital.⁸ Políticas estas baseadas na flexibilização das relações de trabalho e no corte de gastos públicos do Estado, que geram a precarização e a mercantilização do trabalho e das cidades. Dessa forma, o ciclo de lutas que desponta no ano de 2013 representa a desacomodação de parte da população (majoritariamente jovem) de uma posição passiva, em que mais ascendeu ao poder de consumo mercadológico, a uma posição ativa reivindicatória por melhores condições de trabalho e de acesso aos serviços públicos e direitos sociais.

Inadvertidamente, os manifestantes insurgiram-se contra a própria estrutura de gastos do governo federal, que, por um lado, reservava, em 2013, 44% do orçamento do Estado para o pagamento de juros e amortização da dívida pública e, por outro, apenas 3% para a saúde, 2% para a educação e menos de 1% para o transporte. Assim, extrapolando os limites do antigo lulismo, as Jornadas de Junho insurgiram-se contra os fundamentos do regime de acumulação predominantemente financeiro que asfixia a estrutura social do país. (BRAGA, 2017, p. 232)

Desse modo, percebo as manifestações de Junho como um importante momento histórico político com a qual se rompe uma relação aparentemente silenciosa e submissa da população e dos movimentos sociais para com o Estado, além de propiciar a emergência de outras e novas formas de mobilização social. Esse trabalho de conclusão de curso, portanto, parte de um contexto político de intensa manifestação e organização popular dos movimentos sociais para analisar como que os movimentos sociais de ocupação urbana por moradia, ao ocupar e se relacionar com um território, vão em busca de outros direitos sociais para além do direito à moradia.

3. Nova York e os Yanomamis co-habitam a minha fronteira

Ao ampliar brevemente a análise da conjuntura política internacional da última década, nota-se que, após uma sucessão de governos de esquerda na América Latina, bem

⁷ BRAGA, Ruy. A Rebelião do Precariado. Trabalho e o neoliberalismo no Sul Global. São Paulo: Boitempo, 2017. 269p.

⁸ BRAGA, 2017.

como de governos progressistas nos EUA e na Europa, houve um forte avanço de forças de direita por meio de eleições, impeachments e golpes parlamentares.⁹ Um notório avanço desde a crise econômica financeira de 2008, em que as medidas para combatê-la seguiram a risca a cartilha neoliberal de austeridade financeira, de arrocho salarial, de flexibilização das leis trabalhistas, entre outras medidas que retiraram ou precarizaram direitos sociais conquistados pelos movimentos sociais.¹⁰

O avanço do conservadorismo veio acompanhado de intensas reações sociais por meio da eclosão de movimentos sociais urbanos, sendo os movimentos de ocupação urbana os principais movimentos deste período.¹¹ É possível mapeá-los por entre diferentes culturas e lugares do mundo, como na Primavera Árabe em 2010, quando a população ocupou praças de várias cidades do Oriente Médio e do norte da África; em Nova York, em 2011, na ocupação de Wall Street, avenida que representa um dos maiores símbolos do capitalismo financeiro; no Chile, em 2006, na ocupação de quase 90%¹² das escolas secundaristas; no Brasil e em Porto Alegre, no ano de 2012 e 2013, quando se ocuparam praças e ruas pela garantia do uso do espaço público e a ocupação de terrenos e prédios pelo direito à moradia.

Estes talvez tenham sido os movimentos de ocupação urbana mais lembrados da última década que lançaram novas dinâmicas de organização interna, novas ferramentas de luta e outros modos de comunicação com a sociedade que misturam antigas estratégias de organização social com novas estratégias, aprendidas pelo movimento de ocupação de um espaço cotidianamente.

Os efeitos, a nível mundial, da crise do sistema econômico neoliberal geraram a precarização do acesso a condições materiais para o sustento da vida, assim como um descontentamento social que promoveu indignação e organização popular por melhores condições de vida.¹³ Nesse sentido, o ciclo de lutas do ano 2013 no Brasil representou a reação popular diante dos efeitos de tal crise e, assim, inaugurou um importante período de mobilizações nacional que se intensificaram com a aproximação da Copa do Mundo de Futebol a ser realizada no Brasil, no ano de 2014.

⁹ HARVEY, David et al. *Occupy. Movimentos de protesto que tomaram as ruas*. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2012. 86p.

¹⁰ HARVEY, 2012

¹¹ HARVEY, 2012

¹² *La Rebelión Pinguina*. Produção de Carlos Pronzato. Chile/Argentina: La Mestiza Audiovisual, 2008. 40min.

¹³ BRAGA, Ruy. *A Rebelião do Precariado. Trabalho e o neoliberalismo no Sul Global*. São Paulo: Boitempo, 2017.269p.

Em Porto Alegre, as mobilizações do ano de 2013 contra o aumento da tarifa do transporte público começaram no início do mesmo ano, em janeiro. As mobilizações eram compostas por diferentes forças políticas, movimentos de base sindical, estudantil e partidário, que logo se uniram formando um coletivo heterogêneo. Tal coletivo se organizou e constituiu uma importante frente de luta intitulada “Bloco de Lutas pelo Transporte 100% Público”, que, embora se consolidasse como uma unidade naquele momento, tinha como princípio o respeito às diferenças políticas, inerentes a heterogeneidade das forças presentes, que compunham a unidade formada.¹⁴

Depois de quatro atos os quais somavam cada vez mais pessoas; em abril, houve a vitória do movimento que conseguiu, por meio de pressão popular e do ajuizamento de uma ação feita por dois vereadores do PSOL, revogar o aumento da passagem.¹⁵ As mobilizações populares em torno do tema do transporte público ascenderam a população ao debate da mobilidade urbana e do direito à cidade - assuntos que já vinham sendo discutidos por parte da população que se preocupava e/ou que seria afetada pelas obras de mobilidade para a Copa do Mundo de 2014. Assim, mesmo depois da vitória contra o aumento da passagem, mobilizações e protestos seguiram acontecendo em Porto Alegre, como, por exemplo, a realização de uma marcha no interior da Vila Cruzeiro, no dia 4 de julho. A marcha reivindicava contra a remoção de comunidades e famílias de regiões por causa das obras da Copa do Mundo.¹⁶

Outro importante acontecimento político, ocorrido após as manifestações de Junho, foi a Ocupação da Câmara de Vereadores da cidade de Porto Alegre no dia 10 de julho, que durou 8 dias e que foi encabeçada pela frente do Bloco de Lutas. Durante a ocupação uma série de discussões e debates foram feitos e dois projetos foram apresentados: a garantia do passe livre a estudantes, desempregados, indígenas e quilombolas e a abertura das contas das empresas que operam o transporte público.¹⁷ Os projetos foram protocolados por vereadores do PSOL e do PT, porém pouco tempo depois foram engavetados.¹⁸ Embora fosse sabido pelos ocupantes da dificuldade da aprovação dos projetos, os mesmos avaliaram como

¹⁴ CASTILLO, Lorena. O antes, o durante e o depois das mobilizações de Junho de 2013 em Porto Alegre: A força das ruas e seus desafios. In: MORAS, Alana; GUTIERRÉZ, Bernardo; PARRA, Henrique; ALBUQUERQUE, Hugo; TIBLE, Jean; SHAVELZON, Salvador, (orgs.) **Junho Potência das ruas e das Redes**. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2014. p. 122-133. Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/11177-20150226.pdf> > Acesso em: 20 set 2018.

¹⁵ OLIVEIRA, Samir. Retrospectiva dos Protestos em Porto Alegre: 2013, o ano que não terminou. Sul21, Porto Alegre, 25 de dez. de 2013. Disponível em <https://www.sul21.com.br/cidades/2013/12/retrospectiva-2013-o-ano-que-nao-terminou/> Acesso em: 27 de set de 2018.

¹⁶ OLIVEIRA, 2013.

¹⁷ OLIVEIRA, 2013.

¹⁸ OLIVEIRA, 2013.

enriquecedora e positiva a experiência da ocupação para o aprofundamento político das pautas.¹⁹

Devido a minha ausência em Porto Alegre no ano de 2013, todas as informações que trago aqui sobre este histórico ano foram recolhidas e acessadas a posteriori, através de conversas com pessoas e coletivos que participaram e/ou testemunharam, de alguma maneira, as lutas do ano de 2013. O que vivenciei nos anos seguintes foram alguns dos efeitos deste ano, tanto em relação a uma maior discussão sobre o direito à cidade e à moradia, quanto à intensificação e crescente violência policial às manifestações e movimentos sociais que ocorriam desde as manifestações de Junho de 2013.

Nesse momento, faz-se necessário pontuar minha entrada para o grupo de pesquisa intitulado Estudos em Políticas e Tecnologias Contemporâneas de Subjetivação (E-politics),²⁰ que me apresentou ao trabalho desenvolvido pelo ‘Núcleo dos Amigos da Terra/Brasil’ (NAT/Brasil). Quando ingressei no grupo de pesquisa, como bolsista de Iniciação Científica, passei a acompanhar a pesquisa de uma das doutorandas, que tinha como tema central de sua tese o direito à cidade. A partir disso, criou-se uma parceria de estudo e de engajamento com o tema do direito à cidade e do direito à moradia entre o grupo de pesquisa e o NAT.

O ‘Núcleo dos Amigos da Terra/Brasil’ (NAT/Brasil) se configura como “uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) dedicada à proteção do meio ambiente e à promoção do desenvolvimento com sustentabilidade e justiça social”.²¹ Uma das frentes de atuação do NAT é o apoio às populações excluídas do acesso à moradia formal em diversas disputas pela garantia de direitos sociais. Foi, por conseguinte, através da minha entrada no grupo E-politics e da aproximação ao NAT que tive mais acesso às discussões sobre o direito à moradia e que, então, comecei a me interessar pela relação entre o movimento social de ocupação urbana por moradia e os direitos sociais.

4. Sobre Direitos Sociais e Território

Era ano de Copa do Mundo, porém não um habitual ano de Copa. Em 2014, o grande evento seria realizado no Brasil e, também, em Porto Alegre - uma das cidades escolhidas

¹⁹ CASTILLO, 2014.

²⁰ Grupo de pesquisa do departamento de Psicologia Social e Institucional do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

²¹ Amigos da Terra Brasil. Disponível em: <http://www.amigosdaterrabrasil.org.br/sobre/sobre/> > Acesso em: 01 de Out 2018.

para sediar os jogos. Enquanto junho não chegava, a cidade ia se preparando, se transformando, se “limpando” para se tornar um dos palcos do mega evento. Como o NAT vinha acompanhando a realização das obras de mobilidade urbana e o efeito destas sobre a população, pude melhor entender como se deu o processo urbanístico de preparação da cidade, ou melhor, que projeto político amparava tal processo.

Conclui, contudo, a inexistência de um projeto político urbanístico que respeitasse pactos de direitos humanos, em que o Brasil é signatário²², e legislações as quais promovem e asseguram políticas habitacionais à população²³. O que se viu foi todo um processo de higienização social para receber os turistas; remoções forçadas de famílias de suas regiões (em especial da Vila Tronco, localizada próxima ao estádio Beira-Rio, e da Vila Dique, próxima ao aeroporto); a criminalização (intensificada já em junho de 2013) dos movimentos sociais que contestavam a forma como tudo estava ocorrendo, entre outras violações de direitos que marcaram a realização da Copa do Mundo no Brasil²⁴.

Foi durante este contexto político e social que me aproximei do tema do direito à moradia e do movimento social de ocupação urbana por moradia. As primeiras ocupações urbanas por moradia no Brasil emergiram na década de 80²⁵ e, devido ao contexto pré-Copa do mundo, foram postas no centro das análises e discussões a partir de 2014 por terem se tornado uma alternativa de habitação às famílias removidas de suas casas e comunidades.

Como resultado do processo de redemocratização, após 25 anos de ditadura militar, em 1988, promulgou-se, no Brasil, um Estado democrático de Direito pela Constituição Federal. A constituição cidadã, como foi nomeada por ter instituído dispositivos de participação social nas esferas e instituições públicas a fim de democratizar a implementação e condução das políticas sociais, elencou, no seu texto constitucional, uma série de direitos

²² O Brasil é signatário do Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. COMITÊ POPULAR DA COPA (orgs), **Dossiê Copa do Mundo FIFA 2014 e as Violações de Direitos Humanos em Porto Alegre**. Porto Alegre: Heinrich Böll Brasil, Ong Cidade; Amigos da Terra Brasil, 2015. p. 75. Disponível em: https://br.boell.org/sites/default/files/dossie_copa_poa_bollbrasil.pdf > Acesso em: 07 de Out 2018.

²³ Por meio do Estatuto da Cidade (lei federal), da Lei Orgânica do Município de Porto Alegre e da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, criam-se diretrizes e dispositivos que garantem as funções sociais da cidade e da propriedade urbana, direito à terra, direito à moradia, bem como os objetivos, ou melhor, o que o desenvolvimento urbano, pelo poder público, deve assegurar. COMITÊ POPULAR DA COPA (orgs), **Dossiê Copa do Mundo FIFA 2014 e as Violações de Direitos Humanos em Porto Alegre**. Porto Alegre: Heinrich Böll Brasil, Ong Cidade; Amigos da Terra Brasil, 2015. p. 76. Disponível em: https://br.boell.org/sites/default/files/dossie_copa_poa_bollbrasil.pdf > Acesso em: 07 de Out 2018.

²⁴ COMITÊ POPULAR DA COPA (orgs), **Dossiê Copa do Mundo FIFA 2014 e as Violações de Direitos Humanos em Porto Alegre**. Porto Alegre: Heinrich Böll Brasil, Ong Cidade; Amigos da Terra Brasil, 2015. Disponível em: https://br.boell.org/sites/default/files/dossie_copa_poa_bollbrasil.pdf > Acesso em: 07 de Out 2018.

²⁵ CONJUNTO UNIÃO DA JUTA/SP. Movimentos Populares e política habitacional no Brasil. 10 de out 2012. Disponível em: <http://observatoriodasmetroles.net.br/wp/movimentos-populares-e-politica-habitacional-no-brasil/> > Acesso em 12 de out 2018.

sociais.²⁶ Direitos a serem garantidos, de forma universal e gratuita, à população. O artigo 6º aponta quais são esses direitos:

São direitos sociais a educação, a/ saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988)

Assim, a Constituição de 88, promoveu os cidadãos brasileiros a sujeitos de direitos, os quais se atualizam como tal na medida em que acessam políticas públicas criadas pelo Estado. O Estado brasileiro então se torna agente responsável e garantidor da vida da sua população através do acesso aos direitos sociais por meio de políticas públicas, universais e gratuitas.

À medida em que direitos humanos e sociais passaram a ser ainda mais violados e suspensos durante o período pré-Copa do Mundo no Brasil, conforme exposto no início do capítulo, comecei a observar o efeito deste processo na cidade e mais especificamente no campo da habitação. Devido às obras de mobilidade urbana que removeram famílias e comunidades de seus territórios, o direito à moradia (previsto na CF como um direito social), assim como a busca de alternativas para a garantia de tal direito tornaram-se temas centrais para os movimentos sociais urbanos. A partir de então, tomei conhecimento do movimento de ocupação urbana por moradia como um dos movimentos sociais urbanos mais importantes dos últimos anos no que toca a luta pelo direito à moradia.²⁷ Movimento este que, então, se tornou uma alternativa às pessoas removidas de suas comunidades devido ao contexto político do ano de 2014.

Dessa forma, meu campo de análise se configurou nas ocupações urbanas por moradia e seus territórios; meu objeto de pesquisa passou a ser a relação entre o movimento de ocupação e os direitos sociais; e os sujeitos de pesquisa se tornaram os ocupantes, apoiadores e militantes do movimento de ocupação, incluindo aí eu mesma, que durante esse processo ocupava, com minha presença, olhar, pensamento e diálogos, diferentes papéis no engajamento com e nas ocupações.

²⁶ ROCHA, Enid. A constituição Cidadã e a Institucionalização dos espaços de Participação Social: avanços e desafios. In: VAZ, Flavio; MUSSE, Juliano; DOS SANTOS, Rodolfo. (coords). **20 Anos da Constituição Cidadã: Avaliação e desafios da Seguridade Social**. Brasília: ANFIP, 2008. p. 131-148.

²⁷ Cabe aqui fazer menção ao MTST, um dos maiores movimento sociais urbanos do Brasil da atualidade que tem como bandeira central o direito à moradia digna. O MTST se organiza em todo o Brasil e se autodenomina um movimento territorial dos trabalhadores, uma vez que a sua organização se dá nos territórios: nos bairros das periferias, através de movimentos populares e nos sindicatos de empresas e fábricas. A sua organização é territorial, pois privilegia a sua atuação nas periferias. MTST. As Linhas Políticas do MTST. Disponível em: <http://www.mtst.org/quem-somos/as-linhas-politicas-do-mtst/> > Acesso em: 12 de ou 2018.

Em parceria com o NAT, fomos a algumas ocupações e mapeamos alguns serviços²⁸ da rede pública da assistência social, de saúde e de educação próximos a sete ocupações urbanas por moradia localizadas em Porto Alegre, a maioria delas situadas na zona norte da cidade e duas na zona sul. O objetivo era o de analisar como que a rede de serviços e as ocupações se relacionavam entre si para que a população-ocupante tivesse acesso aos direitos sociais ofertados pela rede. Mais especificamente, buscou-se pensar como, após a ocupação de um espaço, os sujeitos-ocupantes acessavam outros direitos sociais para além do direito à moradia e como que a rede de serviços percebia-os.

Eram percebidos como sujeitos de direitos para além do acesso aos serviços do território, uma vez que a maioria dos ocupantes não acessava facilmente a rede do território ocupado? Eram percebidos como sujeitos de direitos pelo exercício coletivo de luta pelo direito à moradia, ou será que a rede de serviços se restringia a concepção de sujeito de direitos como aquela atrelada somente a quando o sujeito acessa uma política pública? E os moradores das ocupações, após a chegada a um novo território, percebiam-se como sujeitos de direitos no que diz respeito ao acesso às políticas do território?

Tratando-se de um movimento social que se produz na habitação de um espaço, onde ocorre uma reconfiguração socioespacial, comecei a questionar que conceitos de território estavam em jogo tanto para os movimentos de ocupação urbana por moradia, quanto para as políticas públicas, em especial para aquelas do campo da assistência social que por meio de seus equipamentos, Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) e Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS), configuram-se na principal porta de acesso da população aos direitos sociais. Assim, na articulação das ocupações com os direitos sociais e com a assistência social, encontrei o conceito de território presente na estratégia de efetivação dos direitos no campo das políticas públicas.

É a partir da constituição de 1988 que os territórios, pela descentralização político-administrativa das políticas sociais, ganham importância na gestão e viabilização do acesso aos direitos sociais pelas políticas públicas.²⁹ Na Constituição Federal de 1988, a assistência social, a saúde e a previdência social são reconhecidos como direitos sociais em que juntos compõem a Seguridade Social, conforme art 194 do cap II. Em 2004, é criada a Política

²⁸ Os serviços mapeados da assistência social foram os Centros de Referência da Assistência Social e os Centros de Referência Especializados da Assistência Social; os serviços mapeados da saúde foram os equipamentos de atenção básica como as unidades de saúde e as estratégias de saúde da família; e da rede de educação foram as escolas públicas.

²⁹ BRASIL, Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292p.

Nacional da Assistência Social (PNAS) que materializa a assistência social como uma política pública e aponta como sistematicamente se dará o acesso da população aos serviços da assistência. Serviços estes os quais serão pensados de acordo com as singularidades sociais de cada região pelo pressuposto da territorialização.

A PNAS efetiva o que a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) de 1993 previa em seu artigo primeiro:

A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas. (LOAS, 1993)

A PNAS também estipula as principais diretrizes que nortearão a efetivação da assistência social como direito de cidadania e responsabilidade do Estado. Dentre as quatro diretrizes citadas na política destaco a diretriz da descentralização político-administrativa, que afirma a necessidade de se olhar para as diferenças sócio-territoriais.

Descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e execução dos respectivos programas às esferas 33 estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social, garantindo o comando único das ações em cada esfera de governo, respeitando-se as diferenças e as características socioterritoriais locais; (PNAS, 2005, p. 32-33)

A diretriz da descentralização, por conseguinte, prevê a distribuição da gestão entre os três entes federativos: federal, estadual e municipal; bem como prevê a territorialização, que preconiza a criação de diferentes ações e modos de operar as políticas da assistência como dispositivo de enfrentamento à miséria e as desigualdades sociais que se apresentam singularmente em cada região/território do país.

Considerando a alta densidade populacional do País e, ao mesmo tempo, seu alto grau de heterogeneidade e desigualdade socioterritorial presentes entre os seus 5.561 Municípios, a vertente territorial faz-se urgente e necessária na Política Nacional de Assistência Social. Ou seja, o princípio da homogeneidade por segmentos na definição de prioridades de serviços, programas e projetos torna-se insuficiente frente às demandas de uma realidade marcada pela alta desigualdade social. Exige-se agregar ao conhecimento da realidade a dinâmica demográfica associada à dinâmica socioterritorial em curso. (PNAS, 2005, p.43)

Ao analisar o conceito de território para assistência social, encontrei na própria PNAS uma definição que o percebe para além de um espaço demarcado geograficamente e que busca a noção deste conceito no pensamento do geógrafo Milton Santos,

Importantes conceitos no campo da descentralização foram incorporados a partir da leitura territorial como expressão do conjunto de relações, condições e acessos inaugurados pelas análises de Milton Santos, que interpreta a cidade com significado vivo a partir dos “atores que dele se utilizam. (PNAS, 2004, p.43)

Em um ensaio sobre o pensamento de Milton Santos, Thiago Queiroz (2014), afirma que o território³⁰ nas obras de Milton Santos é, em grande parte, baseado no conceito de território do geógrafo suíço Claude Raffestin (1993) que o entende “como um conjunto de sistemas de objetos e sistemas de ações”³¹, além de ser “formado pelas diferentes territorialidades, uso e apropriação do espaço, dos diferentes agentes”.³² Para Santos (1994), “não é o território em si a categoria de análise social, mas o território usado, sinônimo de espaço geográfico”.³³ Althusser (1974) conceitua o espaço geográfico como “uma instância social como as demais - economia, política, cultura, ideologia”³⁴, que para Santos (1978) é “uma instância ao mesmo tempo subordinada e subordinadora.”³⁵ Nessa esteira, passei a compreender o conceito de território como atrelado às dimensões cultural, política e econômica que, então, constituem o território como uma produção social em que as dimensões citadas atravessam as relações ali existentes e produzem subjetividades. Assim, trabalharei com o conceito de território desde a perspectiva do território como produção social.

Esta escolha conceitual não se deu por tê-la encontrado na política da assistência, mas sim por se aproximar da forma como penso a produção de um território. É claro, contudo, que lê-la na diretriz de uma importante política pública possibilita a problematização da relação entre as políticas públicas e as ocupações que, ao fim e ao cabo, me parecem compartilhar uma ideia comum sobre a noção de território. Ideia comum representada pela relação de produção territorial singular que uma ocupação estabelece cotidianamente com o espaço que ocupa e a relação singular, orientada pela ideia da territorialização, que um CRAS, por exemplo, estabelece cotidianamente com o seu território de atuação.

³⁰ QUEIROZ, Thiago. Espaço Geográfico, Território Usado e Lugar: Ensaio sobre o pensamento de Milton Santos. **Revista Eletrônica Para Onde**, Porto Alegre, v. 8, n. 2, p. 154-160, 2014. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/paraonde/article/view/61589> > Acesso em 15 out 2018.

³¹ RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. São Paulo: Ática, 1993 *apud* QUEIROZ, Thiago. Espaço Geográfico, Território Usado e Lugar: Ensaio sobre o pensamento de Milton Santos. **Revista Eletrônica Para Onde**, Porto Alegre, v. 8, n. 2, p. 157, 2014.

³² RAFFESTIN, 1993 *apud* QUEIROZ, 2014, p. 157.

³³ SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adéli; SILVEIRA, Maria Laura. Território: globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec, 1994. *apud* QUEIROZ, Thiago. Espaço Geográfico, Território Usado e Lugar: Ensaio sobre o pensamento de Milton Santos. **Revista Eletrônica Para Onde**, Porto Alegre, v. 8, n. 2, p. 154-161, 2014. p. 157.

³⁴ ALTHUSSER, Louis. Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado. Lisboa: Presença, 1974 *apud* QUEIROZ, Thiago. Espaço Geográfico, Território Usado e Lugar: Ensaio sobre o pensamento de Milton Santos. **Revista Eletrônica Para Onde**, Porto Alegre, v. 8, n. 2, p. 154-161, 2014. p.155.

³⁵ SANTOS, Milton. Da Totalidade ao Lugar. São Paulo: Edusp, 2005.[SANTOS, Milton. Espaço e sociedade. Petropolis: Vozes, 1978 *apud* QUEIROZ, Thiago. Espaço Geográfico, Território Usado e Lugar: Ensaio sobre o pensamento de Milton Santos. **Revista Eletrônica Para Onde**, Porto Alegre, v. 8, n. 2, p. 154-161, 2014. p. 155.

Através da articulação entre as ocupações, direitos sociais e território percebi a intrínseca e delicada relação entre um território, o qual está em constante produção pelos agentes e dimensões que o atravessam, e as políticas públicas, em especial as da assistência, que trabalham com a promoção e com a efetivação de direitos sociais nos espaços. A relação é complexa e por vezes conflitiva, pois quando se ocupa um terreno, prédio, ou casa; ocupa-se, também, uma rua, um bairro, uma região, onde já existem outras casas e a vizinhança, as escolas e com seus estudantes, as unidades de saúde com seus profissionais e usuários, bem como os equipamentos da assistência, quase sempre precarizados. Ou seja, existe uma configuração e dinâmica própria do território em que a ocupação passa a fazer parte. Soma-se a isto as desigualdades sociais características das cidades brasileiras cujas regiões periféricas, onde muitas ocupações se instalam, não contam com saneamento básico adequado, coleta de lixo, pavimentação e iluminação, além do acesso aos direitos ser ainda mais precário.

A meu ver, a complexidade está em quais estratégias de vinculação que a ocupação estabelecerá com o território ocupado de modo que consiga produzir uma afetação coletiva sobre a reivindicação e luta por direitos sociais. É exatamente na forma como se dará a relação da ocupação com o território e os moradores que um movimento de ocupação pode vir a representar um território de agenciamento de demandas por diferentes direitos, ao invés de representar somente mais uma demanda populacional a ser inserida nos serviços da rede.

Nesse sentido, o desafio de uma ocupação por moradia está em fazer ecoar a sua demanda por moradia sem se reduzir a ela como único objetivo da ocupação, pois como parte de um território ela invariavelmente será afetada por outras problemáticas que ali se atravessam. A força de uma ocupação, portanto, reside na criação de um território comum, porém não um comum do igual fruto de um processo de homogeneização, um comum, por sua vez, constituído pela reunião das diferenças as quais são inerente aos sujeitos e a vida em coletivo.

Cometa-Lanceiros Negros

Talvez tenha sido a primeira vez que dormi o dia todo. Só acordei ao meio dia para comer algo e voltei a dormir. Depois de uma noite de bombas, lágrimas, medo e revolta, dormi o dia seguinte inteiro. Era preciso acomodar todo o recém-vivido em outra dimensão.

Era dia de capoeira, sexta-feira à noite. Como de costume peguei a bicicleta e fui para o treino já sabendo que a Ocupação Lanceiros Negros estava sobre reintegração de posse naquele início de noite. O plano era ir à Capoeira e depois seguir para a Ocupação. Eis que chego ao ginásio Tesourinha e me informam que não teria treino naquele dia. Assim, segui direto para o centro da cidade, em direção à Ocupação Lanceiros Negros.

Chegando lá, encontro amigos, pessoas de referência do movimento de moradia popular e dos direitos humanos, além de um forte e ostensivo aparato policial da Brigada Militar. O prédio da Ocupação localizava-se no meio de uma ladeira, exatamente em uma esquina onde outra rua encontrava o meio da ladeira. Eram três vias de acesso à esquina, todas bloqueadas. Pessoas que iam chegando não podiam mais descer até a entrada do prédio, mas lá embaixo, cercados pela polícia e suas armas, havia homens, mulheres, crianças, jovens. As famílias estavam dentro do prédio, e os apoiadores que chegaram cedo formavam uma barreira protetora em frente à porta de entrada.

Enquanto os minutos e horas passavam, mais a polícia avançava e menos informações ela nos dava, afinal a polícia não é treinada para falar, só para agir. O Estado, através da máquina de violência que representa a polícia, comunicava-se pela ação e não pela palavra. Avançava tanto do lado de fora em nossa direção quanto na direção de quem estava dentro do prédio. Sabíamos pouca coisa. Sabíamos que no início da noite um deputado e alguns militantes haviam sido presos no momento em que Defensores Públicos, Procuradores e líderes da Ocupação negociavam com a Polícia.

Certa hora, um caminhão de mudança - que iria transportar os pertences da população da Ocupação - chegou para descer a ladeira em direção ao prédio. Tentamos ao máximo impossibilitar sua passagem, entretanto, uns dos comandantes da Brigada autorizou, sem nenhum diálogo, a abertura de passagem para o caminhão por meio do lançamento de bombas de gás lacrimogêneo contra nós. Naquele momento, percebemos a desigual diferença material em que nos encontrávamos. Nós tínhamos nossos diferentes corpos, nossas vozes e celulares que registravam e transmitiam o que estava se passando ali; eles também eram vários, mas pareciam apenas um - um grande corpo calado e armado.

A voz que grita é abafada pelo silêncio da morte que a arma representa. A desocupação era o objetivo do Estado naquela noite e o objetivo foi alcançado. Testemunhamos o despejo da Ocupação Lanceiros Negros até o seu fim, na metade da madrugada. As cenas finais daquela noite ainda ressoam na minha memória. Uma delas se fez recorrente por dias, semanas e ainda hoje a relembro facilmente. Ela se inicia com a minha aproximação ao prédio que já se encontrava sobre a posse da Polícia. Naquele momento, eles já haviam liberado as ruas que

davam acesso à entrada do prédio e podíamos circular por ali, junto com as famílias que entravam e saíam carregando seus pertences. Resolvi, junto com alguns amigos, ajudá-los no carregamento, mas antes observei o rosto do comandante geral da operação, bem como a sua fala para algum representante do Estado. Ele disse: “Acabei de falar com o Secretário para recolocarmos uma porta aqui o quanto antes, para não ocorrer refluxo da invasão”.

Não me esqueço desta frase, muito menos da cara daquele homem. É sempre bom lembrarmos que a Polícia, assim como nós, tem rosto, tem nome, tem cor e também tem voz.

Há resistência por quem carrega a voz e o corpo apenas? Há espaço para a palavra nesse campo de batalha? Ou ela só aparece depois nas falas e registros das testemunhas como faço aqui e agora?

23 de Junho de 2017

5. “Enquanto morar for um privilégio, ocupar é um direito”

Depois de cerca de um ano, pesquisando e olhando para as ocupações situadas geograficamente na periferia da cidade, fiz o caminho de volta ao centro, - ao centro da cidade. Um centro de onde parto, de onde facilmente conheço e penso o mundo. Um centro tão naturalizado para quem ali nasceu e cresceu. Descrever meu retorno ao centro da cidade, mesmo que seja o retorno de um olhar de pesquisa, de interesse e de engajamento, me convoca a novamente olhar e a pensar sobre as fronteiras que cruzei e habitei durante os anos de faculdade.

Além da experiência cotidiana de estudar em uma universidade pública, a pesquisa e o envolvimento com o tema das ocupações e do direito à moradia lançavam-me constantemente a territórios fronteiriços. Lançavam-me até o outro, até a diferença constitutiva entre existências; lançavam-me ao limite do meu próprio ser. Trata-se aqui de territórios subjetivos de fronteira que permitem pensar nas muitas cidades e países que existem dentro de uma só cidade, de um bairro e até mesmo de uma só rua. Em quais pontos da geografia de uma

cidade ou região nos sentimos estrangeiros, visitantes, moradores? Todos os corpos com suas distintas cores, marcas, desejos e histórias podem fazer morada em qualquer canto da cidade? E quando estes corpos não mais somente se cruzam ou se esbarram apressados, mas sim se encontram e se olham todos os dias na mesma esquina?

Quando penso sobre a ideia de fronteira³⁶, penso em Glória Andalzua, autora chicana, nascida nos EUA que estuda e traz para o debate acadêmico, político, literário e filosófico questões sobre a consciência mestiça que fundamentam o feminismo da diferença pensado por ela.³⁷ É a partir de sua híbrida identidade como chicana, mexicana, lésbica, americana, acadêmica, pobre, escritora e militante que ela escreve sobre o feminismo da diferença, o qual se distancia “das determinações biológicas para salientar as inscrições socioculturais dos sujeitos além do gênero.”³⁸ Glória discorre sobre o constituir-se nas e pelas fronteiras. Desde a geográfica e simbólica fronteira entre o México e os EUA em que cresceu até o estado subjetivo de fronteira ao se constituir pelos símbolos e marcadores que estão “às margens”, que não são hegemônicos.³⁹

A ideia de fronteira para Glória não se limita a ideia de fronteira geográfica, mas sim se refere aos espaços onde as diferenças se encontram, marcando corpos e produzindo outros modos de existir. Sobre esta ideia:

A fronteira específica tematizada neste livro é a fronteira entre o México e o sudoeste dos E.U.A.–Texas. As fronteiras psicológicas, as fronteiras sexuais e as fronteiras espirituais não são exclusivas a essa região. As fronteiras se tornam fisicamente presentes em todos os lugares onde duas ou mais culturas se tocam, onde pessoas de raças diferentes ocupam o mesmo território, onde as classes mais baixas, médias e altas se tocam, onde o espaço entre dois indivíduos se encolhe na intimidade. (ANDALZUA, 1987, p. 17 *apud* COSTA, ÁVILA, 2005, p. 698)

Depois de cruzar zonas fronteiriças dentro de uma mesma cidade, retornei ao centro da cidade e cheguei até a Ocupação Lanceiros Negros. Ocupação nascida em novembro de 2015 que era organizada por um movimento nacional de luta intitulado Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB).⁴⁰ O retorno não se deu exatamente na noite relatada no cometa-Lanceiros Negros, que registra o fim da ocupação, mas se deu aos poucos.

³⁶ COSTA, Claudia; ÁVILA, Eliana. Gloria Andalzua, a consciência mestiça e o “feminismo da diferença”. Florianópolis, **Revista Estudos feministas** v. 13, n. 3, p. 691-703. 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2005000300014/7725> > Acesso em: 23 out. 2018.

³⁷ COSTA; ÁVILA, 2005.

³⁸ COSTA; ÁVILA, 2005. p. 692.

³⁹ COSTA; ÁVILA, 2005.

⁴⁰ FOGLIATTO, Débora; GOMES, Luis Eduardo. Por Direito à moradia, 98 famílias ocupam prédio público abandonado no Centro da Capital. Sul21, Porto Alegre, 16 nov. 2015. Disponível em:

Com meu corpo em trânsito pela cidade, por vezes fui vista, me vi e me senti estrangeira e desterritorializada no afeto por uma cidade que imaginariamente supunha conhecer. Refiz o mapa com novas linhas e outras legendas, pois o mapa que conhecia, que a vida toda me foi apresentado, se tornava ilusório e irreal com suas legendas até então universais. As linhas e rotas dele privilegiavam sempre um mesmo centro como modelo. Não existia a saída pela tangente, a saída esbarrava em uma força centrípeta que forçava o retorno aos símbolos aglomerados do centro - a região central da cidade de Porto Alegre.

Aos poucos, redesenhei o mapa (ele segue inacabado, afinal é trabalho de uma vida toda), tracei outras rotas, me aventurei a caminhos nunca antes percorridos, criei outras legendas. Nesse movimento, percebi significativas diferenças sócio-espaciais entre regiões da cidade. Tudo muda, a dinâmica dos movimentos de ocupação se difere, a relação da polícia e seus dispositivos de controle e repressão mudam, bem como muda a quantidade e qualidade dos serviços da rede pública. Como todo grande centro urbano brasileiro, Porto Alegre também cresceu e se expandiu a partir de um processo de urbanização não planejado, ou melhor, planejado para um recorte populacional - para a população branca e elitizada - que é quem detém o direito social de habitar a região central da cidade.⁴¹

A formação urbanística da capital gaúcha foi marcada por um processo de remoção de quilombos e comunidades negras do centro da cidade para regiões mais distantes, como o extremo sul e a zona norte.⁴² Processo baseado na higienização social e no racismo como práticas de branqueamento da população, do território e da cidade.⁴³ Percebo como efeito de tais processos a relação desigual que o Estado estabelece com a população moradora da região central e com a população que vive em regiões mais afastadas, nomeadas como periféricas ao tomarmos o centro comercial e mais urbanizado da cidade como ponto de referência.

Foi pelo mapeamento dos serviços da rede pública ao redor das ocupações da zona norte e sul da cidade que notei as diferenças sócio-espaciais entre as regiões da cidade e os desafios que cada espaço impõe ao movimento de ocupação urbana por moradia. Em relação às condições de possibilidade de ocupação de um território já há diferenças, uma vez que nas

<https://www.sul21.com.br/cidades/2015/11/por-direito-a-moradia-98-familias-ocupam-predio-publico-abandonado-no-centro-da-capital/> > Acesso em: 15 de out. 2018.

⁴¹ UEDA, Vanda. A construção, a destruição e a reconstrução do espaço urbano na cidade de Porto Alegre do início do século XX. **Revista GEOUSP Espaço e Tempo**, n. 19, p. 141-150, 2006. Disponível em:

<https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/73995> > Acesso em: 20 out. 2018.

⁴² MEDEIROS, Tanise. Territórios em Disputa: A (in) visibilidade Dos Territórios Negros Na Cidade De Porto Alegre. **Educação básica revista** v.2, n. 1, p. 64-72, 2016.

⁴³ MEDEIROS, 2016.

zonas norte e sul da cidade ainda há terrenos vazios, sem construções, mantidos assim em prol da especulação imobiliária. Nestas regiões, o movimento de ocupação opta pela ocupação do terreno e pela rápida construção de habitações, muitas vezes de lona ou de um outro material de fácil acesso e barato, que possam garantir a imediata ocupação e manutenção da população no local.

Já no centro da cidade, o mais comum são prédios vazios ou abandonados e não terrenos. Assim, a tática do movimento é a de ocupar a construção (prédio ou casa) já existente. Nestes casos, as principais ferramentas de ocupação são os corpos dos ocupantes, seus principais pertences, bem como objetos e alimentos para sobrevivência das pessoas e da ocupação. Ao mapear a rede pública próximo às ocupações notei que o acesso aos serviços públicos também se dá de diferentes formas nas distintas regiões. Os hospitais e centros de saúde concentram-se em sua maioria na região central, embora a atenção básica se organize e disponha territorialmente seus equipamentos.⁴⁴

A assistência social segue igualmente a lógica de territorialização, o que teoricamente não acarretaria dificuldades de acesso à população ocupante, se a diretriz da territorialização, enquanto dispositivo de reconhecimento das transformações sócio-territoriais, for posta em prática. A população de uma ocupação da zona norte, entretanto, enfrentava dificuldades de acesso ao CRAS da região por obviamente não terem comprovante de residência. Provavelmente outras ocupações já enfrentaram a mesma dificuldade, visto que a apresentação do comprovante de residência é o modo padrão de vinculação da população ao CRAS.

No meu trânsito pela cidade, também notei que as escolas públicas, embora estejam dispostas de forma territorializada na cidade, quanto mais distantes da região central, mais precarizadas. As escolas da região central ainda são as mais procuradas, por isso há mais demanda do que oferta de vagas. Quanto às linhas de transporte público é notória a melhor qualidade dos transportes e o maior número de linhas e de veículos para se chegar a região central. Os espaços de cultura e de lazer também se encontram, em sua maioria, na região central.

No princípio, logo após comparar a disposição e o acesso à rede pública nas regiões afastadas do centro e na região central, pensei que a população das ocupações situadas na periferia da cidade estariam sob maior risco, visto terem mais dificuldade no acesso aos direitos para a manutenção da vida em si e, portanto, da ocupação também. A manutenção de

⁴⁴ PEREIRA, Marta.; BARCELLOS, Christovam. O território no programa de saúde da família. *Hygeia*, Uberlândia, v. 2, n. 2, p. 47-55, jun. 2006.

uma ocupação, contudo, não depende só do acesso à rede pública, depende igualmente da relação política que o Estado estabelecerá com o movimento de ocupação, este enquanto um movimento social. Relação esta que se expressa ora por negociações, ora pela ação direta da polícia e que será sempre influenciada pelo contexto político e social de cada tempo histórico⁴⁵.

Diante disto, após comparar a forma como a polícia, com seu aparato militar repressor, trata as ocupações das duas regiões, penso não ser possível afirmar que as ocupações da periferia encontram-se necessariamente sob maior risco. Digo isto porque o que está em jogo, no sentido de que o que define as estratégias, a natureza do aparato e a intensidade da violência policial nas suas ações, não é o território pelo território, mas sim o recorte populacional que produz o território e que, então, se tornará o alvo da intervenção policial no território.

A intensa violência policial que marcou o despejo da Ocupação Lanceiros Negros no centro da cidade ilustra a ideia de que a repressão policial estará presente em qualquer território que esteja ocupado pelos corpos que foram alvo de segregações socioespaciais, de práticas higienistas e racistas que parecem seguir em curso. Os corpos dos ocupantes da Lanceiros foram violentamente reprimidos, pois desafiavam tais práticas exatamente no local onde elas começaram - no centro da cidade.

Uma ocupação urbana por moradia ao mesmo tempo que ameaça um dos pilares do Estado liberal-burguês - a propriedade privada - e a lógica do direito individual que vem junto com ela, também ameaça o ideal de sujeito burguês que naturalmente circula, vive e habita o centro da cidade e tem um poder aquisitivo meramente suficiente para comprar sua moradia ao invés de acessá-la como um direito social.

A localização da Ocupação Lanceiros Negros no centro da cidade e a truculência com a qual a Ocupação foi removida do prédio que ocupava me fazem repensar nas várias zonas fronteiriças que existem em uma única cidade, bem como nos perigos, possibilidades e surpresas do que pode acontecer quando as diferenças se encontram em uma mesma rua, ou esquina, como em uma fronteira. A criação de um novo povoado? A invenção de uma outra língua? Uma zona de livre comércio? Uma guerra? Um genocídio?

⁴⁵ Cabe lembrar que os movimentos de ocupação urbana por moradia estudados e analisados neste trabalho fizeram parte de um período de lutas e organização popular esboçado no início do trabalho, no caso as manifestações de junho de 2013 e as mobilizações contra a realização do Copa do Mundo de 2014.

Cometa-Criança

Era noite e estava eu e uma amiga em um espaço público da cidade. Parecia-me uma praça e não estávamos sozinhas, mas sim na companhia de muitas outras pessoas. Talvez fosse uma festa ao ar livre como era frequente em Porto Alegre há um ano e meio; talvez o fim de alguma manifestação que até então corria tranquilamente; talvez o fim de um domingo qualquer, após um dia de calor. De repente, sem aviso, todas as pessoas começam a correr e um certo pânico se alastra. Durante alguns segundos, me pego confusa, mas são poucos os segundos de dúvida, pois a vigilância por se estar nas ruas falando, opinando, discordando ou até mesmo rindo anda forte, impiedosa e sem sentido. Na verdade com um sentido bem explícito para mim: o da violência de quem quer calar. A violência que retira as pessoas das ruas, a voz das ruas, os jovens das ruas, a arte das ruas, o contraponto das ruas. O sonho não terminou. Após a dúvida, veio a certeza: é a polícia nos expulsando da rua. Eu começo a correr junto com minha amiga e junto com as outras pessoas que também fogem e correm, todos desorientado e velozes. Eu olho mais uma vez para trás. Surpresa e incrédula constato que são crianças vestidas de policiais que nos expulsam a tiros de borracha daquele espaço. Uma dos tiros acerta em mim e uma sensação de arrepio misturada com dor invade lentamente meu corpo. Não é uma sensação rápida e após ela durar um tempo estranhamente longo, o sonho termina.

22 de Dezembro de 2017

A ocupação Lanceiros Negros, assim como a grande maioria das ocupações por moradia afirmam em alto e bom tom: “enquanto morar for um privilégio, ocupar é um direito”. Frase que denuncia o fato de que no Brasil o direito à moradia é tratado como um privilégio de quem pode pagar por uma moradia digna. Tal relação representa a

comercialização de direitos sociais, uma vez que o direito à moradia então se torna uma mercadoria, cujo valor flutua conforme o mercado imobiliário especulativo.⁴⁶

Para fazer frente a lógica mercadológica e privada que comercializa direito social, o movimento de ocupação urbana por moradia traz para o centro do debate o conceito de função social da propriedade, que consta na Constituição de 88, dentro do capítulo de Política Urbana, como um dos princípios que deve orientar as políticas de desenvolvimento urbano.⁴⁷ Este conceito aponta a prevalência do direito comum ao direito individual de propriedade,⁴⁸ assim como vincula a propriedade à necessidade de uso, ou seja, impõe a habitação social da propriedade como o cumprimento da função social da propriedade. A crítica do movimento de ocupação ao descumprimento da função social da propriedade se torna uma justificativa para a ação de ocupação de uma propriedade e ainda expõe a problemática da existência de inúmeras propriedades (prédios e casas) vazias nos centros urbanos que deixam de cumprir sua função social.

Fernandes e Alfonsin (2006) contextualizam como se deu o processo de urbanização nos países latino americanos, no século XX, o qual foi baseado na combinação de dois fatores: exclusão social e segregação espacial.⁴⁹ Os autores também apontam que a produção social do espaço urbano tem-se dado cada vez mais por meio de processos informais de acesso ao solo e à moradia nas cidades, através de favelas, loteamentos irregulares, ocupações, configurando esta forma de produção social do espaço como a principal característica estrutural do processo de urbanização da América Latina.⁵⁰

Todo processo de crescimento das cidades brasileiras deu-se sob o paradigma jurídico do civilismo clássico, baseado no Código Civil de 1916, o qual privilegiava direitos individuais de propriedade imobiliária, ao invés de interesses coletivos, o que não correspondia com as transformações ocorridas pelos processos de urbanização.⁵¹ A inserção de um capítulo sobre política urbana na Constituição de 88 e a criação do Estatuto da Cidade

⁴⁶ COMITÊ POPULAR DA COPA (orgs), **Dossiê Copa do Mundo FIFA 2014 e as Violações de Direitos Humanos em Porto Alegre**. Porto Alegre: Heinrich Böll Brasil, Ong Cidade; Amigos da Terra Brasil, 2015. Disponível em: https://br.boell.org/sites/default/files/dossie_copa_poa_bollbrasil.pdf > Acesso em: 23 de Out 2018.

⁴⁷ BRASIL, Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292p.

⁴⁸ BASSUL, José. Reforma Urbana e Estatuto da Cidade. **Revista Latinoamericana de Estudios Urbanos Regionales**, Santiago, v.28, n.84, 2002.

⁴⁹ FERNANDES, Edésio; ALFONSIN, Betânia (Org.). Direito urbanístico: estudos brasileiros e internacionais. Belo Horizonte: Del Rey, 2006. 392 p.

⁵⁰ FERNANDES; ALFONSIN, 2006.

⁵¹ FERNANDES, Edésio; ALFONSIN, Betânia (Org.). Direito urbanístico: estudos brasileiros e internacionais. Belo Horizonte: Del Rey, 2006. 392 p.

que materializa, na forma de uma lei, uma nova ordem jurídica-urbanística, inauguraram um outro paradigma: o paradigma jurídico urbanístico que se contrapõe ao civilista clássico.⁵²

Enquanto que o paradigma jurídico civilista amparou “um planejamento urbano tecnocrático, geralmente baseado em regras urbanísticas elitistas que desconsideram as realidades socioeconômicas de acesso ao solo e à moradia nas cidades”, o paradigma jurídico urbanístico recoloca no centro da discussão do planejamento urbano a necessidade, imposta pela Constituição Federal, de se fazer cumprir a função social da propriedade, além de preconizar que o urbanismo é uma função pública, ou seja, que não é determinado tão somente pela ordem dos direitos individuais.⁵³

A partir deste novo paradigma toda uma leva de direitos coletivos tem sido discutida e gradualmente aceita pelas ordens jurídicas de vários países latino americanos no sentido de constituir uma nova ordem jurídica-urbanística que permita a devida disciplina e o controle jurídico dos processos de uso, ocupação, parcelamento e desenvolvimento urbano. (FERNANDES; ALFONSIN, 2006, p. 11)

O direito ao planejamento urbano, direito social de moradia e o direito à preservação ambiental são alguns dos direitos coletivos citados acima, os quais, mesmo depois de terem ganhado maior visibilidade e até mesmo poder constitucional, não são ainda assegurados. Isto porque a visão civilista, a qual reduz a uma leitura individualista os direitos coletivos, ainda persiste como chave de leitura para se pensar as dificuldades e os desafios dos processos de urbanização e dentre eles o direito à moradia.⁵⁴ Desse modo, o movimento de ocupação urbana por moradia (que se configura como uma das formas de organização de luta pelo direito à moradia no Brasil), reafirma, pela natureza coletiva do movimento, que o direito à moradia é um direito coletivo, ou seja, que deve ser garantido a toda população independente do poder de compra que esta detenha.

Nesse sentido é que a Ocupação de moradia Lanceiros Negros, ao ocupar um prédio que estava abandonado há 10 anos, faz valer a função social da propriedade e ainda ratifica, pela mobilização e organização coletiva, que o direito à moradia é um direito coletivo, em que seu acesso não pode se restringir à lógica do direito individual da propriedade privada.

⁵² FERNANDES; ALFONSIN, 2006.

⁵³ FERNANDES; ALFONSIN, 2006.

⁵⁴ FERNANDES; ALFONSIN, 2006.

5. Ocupa-se pela falta e pela busca de direitos sociais

Mesmo que o movimento de ocupação recorra ao campo jurídico para legitimar a sua luta e para afirmar o direito social à moradia como um direito coletivo, o que se percebe ao se acompanhar um movimento de ocupação por moradia é a necessidade da população de ir em busca de outros direitos sociais para, inclusive, manter a ocupação de pé. Notei que este movimento havia sido feito pela Ocupação Lanceiros Negros quando houve o despejo da ocupação e a preocupação não girou apenas ao em torno de qual seria o novo local de moradia das quase 70 famílias que foram despejadas.

Fez-se necessário pensar em qual creche as crianças iriam estudar, visto que foi criado um espaço infantil dentro da ocupação para as crianças que possibilitava às mães saírem para trabalhar; se haveria linhas de transporte público que levassem as pessoas aos seus trabalhos, já que muitos trabalhavam próximo a Ocupação; se conseguiriam se manter nos trabalhos/empregos ou se ficaria inviável pela distância; enfim uma série de questionamentos começaram a ser levantados a respeito de um modo de vida que passa pelo acesso a diversos direitos sociais.

Rolnik (2009) afirma sobre o direito à moradia adequada que “não é apenas a moradia enquanto um objeto físico de quatro paredes, um teto, mas a moradia como possibilidade de acesso aos meios de vida, à água, a toda infraestrutura, à educação, à saúde.”⁵⁵ A autora articula a moradia como uma condição de promoção ao acesso aos direitos sociais básicos, os quais juntos asseguram o desenvolvimento da vida. A escolha por se viver em uma ocupação, portanto, extrapola a necessidade de moradia e se torna um espaço onde é possível a criação de alternativas ao desenvolvimento e a produção da vida, amparadas na reivindicação coletiva de direitos e na produção cotidiana de outros modos de vida.

Diferentes motivos levam uma pessoa a ir morar em uma ocupação como, por exemplo, a problemática da violência de territórios gerenciados pelo tráfico, em que pessoas e/ou famílias têm de deixar suas casas e comunidades; mulheres que vivem em situação de violência doméstica e precisam abandonar suas casas para sobreviverem, entre outros motivos.

Assim, ao se analisar com mais profundidade uma ocupação urbana por moradia, o que se encontra é a história de vida de cada sujeito-ocupante, que carrega singulares motivos e demandas pelos quais levam as pessoas a viver em uma ocupação. É no processo vivo de

⁵⁵ ROLNIK, Raquel. Direito à moradia. Repositório IPEA, ano 6, edição 51, 2009;

habitação deste espaço, no movimento cotidiano de fazer de uma ocupação também uma morada coletiva, que aparecem as marcas de histórias e de existências. É nesse entre-lugar, em que é simultaneamente movimento social e moradia; coletivo de luta e família que o perigo da repetição e a potência da reinvenção social convivem. É também nesse entre-lugar, nos processos subjetivos e coletivos que ali suscitam, que o território de uma ocupação é capaz de agenciar e de produzir a demanda por diferentes direitos sociais.

Logo após o despejo da Ocupação Lanceiros Negros, foi possível perceber a relação que a ocupação havia criado com o território/região no qual fazia parte. Uma relação que se formava entre os moradores da ocupação e o território a partir da circulação dos corpos-ocupantes pelas ruas, pelo bairro, pelo acesso (ou falta de) a serviços da rede pública da região, enfim pela produção social do território que produz sujeitos do espaço ocupado e do território enquanto bairro e região. Ao acompanhar a Ocupação Lanceiros Negros, aprendi que a ocupação e seus ocupantes passam a compor a natureza do território absorvendo e criando demandas locais, capturando e criando discursos, relacionando-se singularmente com o território.

O direito social à moradia representa a demanda em comum que liga cada sujeito-ocupante ao coletivo-ocupação - a demanda do movimento social de ocupação, mas não representa a única demanda/necessidade de cada sujeito-ocupante quando este decide participar de um movimento de ocupação. Embora exista uma reivindicação comum que forma um coletivo de organização e de luta, sempre haverá os anseios individuais, próprios da existência e da realidade de cada sujeito que os constitui singularmente e que expressa a heterogeneidade sempre presente na coletividade de qualquer movimento social. Necessidades próprias e singulares que atravessam o coletivo de ocupação, o qual inicialmente se une por causa do direito à moradia, mas que não se restringe a tal direito.

Quando houve o despejo da ocupação Lanceiros Negros, algumas famílias foram para a zona norte da cidade, que foi a opção dada pelo Estado, porém outras famílias foram acolhidas na Ocupação de Mulheres Mirabal, que se localizava próxima a Ocupação da Lanceiros Negros. A ocupação de Mulheres Mirabal nasceu em novembro de 2016 ao ocupar uma ampla casa em desuso no centro da cidade de Porto Alegre.⁵⁶ Através da ocupação integral da casa (dia e noite), foi construído um espaço de acolhimento às mulheres em situação de violência que permanecem na casa o tempo que necessitar.

⁵⁶ GOMES, Luís Eduardo. Mirabal corre contra o tempo para evitar despejo e continuar acolhendo mulheres vítimas de violência. Sul21, 20 mai 2018. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/ultimas-noticias/geral/2018/05/mirabal-corre-contra-o-tempo-para-evitar-despejo-e-continuar-acolhendo-mulheres-vitimas-de-violencia/> > Acesso em: 05 de nov 2018.

A ocupação é organizada pelo Movimento de Mulheres Olga Benário⁵⁷, que atua a nível nacional.⁵⁸ A ocupação conta com uma rede de apoio composta por militantes e profissionais de diferentes áreas: saúde, assistência social, Direito, Comunicação Social, que atua tanto na manutenção da ocupação, a qual vive sob constante risco de reintegração de posse, quanto no atendimento às mulheres. A Ocupação de Mulheres Mirabal, logo, se utiliza da estratégia de ocupação para a garantia de outros direitos sociais, em especial para a garantia do direito humano das mulheres a viverem uma vida livre de violência.

A escolha de alguns ocupantes da Lanceiros Negros de irem para a Mirabal após a reintegração de posse, representa a não desintegração do território que ali se constituiu durante o movimento. Um território que agencia a busca por direitos sociais. A migração de parte dos ocupantes da Lanceiros Negros para a Mirabal parece afirmar a resistência e a sobrevivência deste território, que busca sua existência em outro espaço.

A Ocupação de Mulheres Mirabal, por ser organizada pelo movimento de mulheres e por reivindicar direitos específicos para tal categoria social, representa desde a sua origem um movimento social de ocupação atrelado a luta por vários direitos sociais. Neste caso, pode-se pensar a ocupação da casa mais como uma tática do movimento de mulheres que ao mesmo tempo em que demanda a criação e efetivação de mais políticas para as mulheres, desenvolve um trabalho de atendimento às mesmas, uma vez que a rede de serviços do Estado não é suficiente. Assim, na reivindicação de mais políticas pela estratégia de ocupação, elas também criam alternativas de acesso a direitos.

⁵⁷ O Movimento de Mulheres Olga Benário foi criado para unir as mulheres brasileiras na luta por melhores condições de vida, pela igualdade de direitos e pelo Socialismo. As principais reivindicações do movimento são: contra a espoliação imperialista; garantia de emprego e igualdade salarial para homens e mulheres; fim da discriminação às mulheres; amplo acesso à saúde, planejamento familiar, direitos reprodutivos; pelo fim da violência doméstica e sexual; creche, restaurantes e lavanderias públicas; garantia de acesso à moradia digna e educação; pela igualdade de direitos e pelo Socialismo. Movimento de mulheres Olga Benário. Disponível em: <http://movimentodemulheresolgabenario.blogspot.com/p/quem-somos.html> > Acesso em: 06 de nov 2018.

⁵⁸ O movimento de Mulheres Olga Benário organizou outras duas ocupações de mulheres no Brasil. A primeira delas foi a Ocupação Tina Martins iniciada em 2016, em Belo Horizonte, que em negociação com o Estado, conseguiu transformar a ocupação em um centro de referência à mulher. Esta foi a primeira ocupação de mulheres da América Latina. Em novembro de 2016, o movimento organizou a Ocupação de Mulheres Mirabal em Porto Alegre e, em julho de 2017, a Ocupação de Mulheres Helenira Preta na cidade de Mauá, em São Paulo.

7. Uma análise sobre a Ocupação de Mulheres Mirabal

A Ocupação de Mulheres Mirabal reivindica ao Estado, sendo ele o responsável pela criação e promoção de políticas públicas, a efetivação de mais serviços públicos especializados no enfrentamento do fenômeno da violência contra mulher. Ao denunciar a precariedade da rede pública em relação ao fenômeno citado, a ocupação oferece às mulheres um trabalho de acolhimento e de acompanhamento interdisciplinar feito pelas militantes e apoiadores da ocupação e também através da articulação com a rede pública. Além deste trabalho, o movimento de ocupação propõe que o espaço ocupado se torne um serviço especializado no atendimento a mulheres em situação de violência. Acredito que tal proposição representa a demanda material pela qual o movimento de ocupação de Mulheres Mirabal se organiza e luta, ou melhor, a demanda que é dirigida ao Estado.

A Ocupação Mirabal, portanto, busca no seu dia-a-dia desenvolver um trabalho com as mulheres acolhidas próximo a de um serviço especializado no que se refere a articulação de rede feita entre a Ocupação e equipamentos de saúde, da assistência social e a delegacia da mulher. Articulação esta que revela jogos de força e de poder entre um movimento social, representado pela Ocupação de Mulheres Mirabal, e o Estado, representado por políticas públicas e mais especificamente pela delegacia de atendimento à mulher (DEAM).

É sabido que existe um fluxo de encaminhamento entre a delegacia de atendimento à mulher e a Ocupação Mirabal, ou seja, a DEAM encaminha mulheres em situação de violência a fim de que sejam acolhidas na e pela Ocupação. Sob certo ponto de vista, poderia-se pensar em uma relação de apoio entre os dois atores sociais que permite criar uma atuação conjunta na qual possibilita à mulher em situação de violência deixar o local onde estava e/ou vivia. Sob outro ponto de vista, contudo, a relação de apoio se converte em um virtual risco à mulher, um risco que coloca seu corpo sob a ameaça da violência mais uma vez. Ao ser acolhida em uma Ocupação, que vive sob o risco de reintegração de posse, a mulher está novamente sob a ameaça da violência, a desmedida violência com que um ocupação é reintegrada.

Apesar da criação do fluxo entre a DEAM e a Ocupação Mirabal representar deslocamentos de funções institucionalizadas, como a função do Estado em criar e organizar a rede pública e a do movimento social de reunir e reivindicar demandas sociais, ainda percebo a DEAM e a Ocupação Mirabal se relacionando a partir destas funções que mantêm a mulher sob risco e desproteção.

O efeito paradoxal do fluxo, que por um lado retira a mulher de uma situação de violência e por outro a recoloca (mesmo que virtualmente,) revela esse entre-lugar da Ocupação Mirabal ser ao mesmo tempo um movimento social de ocupação e uma espécie de serviço de referência, que de certo modo é reconhecido por um equipamento do Estado quando este encaminha as mulheres à ocupação. Assim, a partir disto, parece haver o reconhecimento prático e conveniente do Estado no trabalho desenvolvido pela Ocupação Mirabal, mas não a legitimação do trabalho realizado que poderia gerar o atendimento da demanda da ocupação em tornar a casa ocupada um serviço especializado. Desse modo, que relações de poder estão aí em jogo que resultam na manutenção da mulher em uma situação de vulnerabilidade?

Ao analisar de perto o fluxo criado, identificam-se jogos de força que transitam entre a reafirmação de uma lógica hegemônica de controle pela rede pública, apenas pela substituição de dispositivos, e a produção de diferença pela invenção de dispositivos e práticas que desviam e escapam aos modos de controle dominantes. A operacionalização do fluxo de mulheres entre a DEAM e a Ocupação Mirabal na informalidade corrobora com a desresponsabilização econômica, política e social do Estado na implementação e consolidação de políticas para as mulheres. Assim, quando a DEAM encaminha as mulheres a Ocupação Mirabal sem qualquer subsídio econômico e político, a DEAM apenas transfere a gestão do cuidado da vida da mulher, deixando-a refém de uma possível violência pelo risco de uma reintegração de posse e pela imprevisibilidade do acesso à rede pública, - condições que mantêm a mulher atada aos efeitos e riscos da violência.

Nesse sentido, o que se vê é a criação de dispositivos e de práticas que permite a máquina estatal seguir gerindo a vida da população não só pelo controle exercido pelas políticas públicas, mas por parcerias que cria com os movimentos sociais. Através desta técnica de controle, posta em prática pelo dispositivo do fluxo estabelecido entre um serviço público e a Ocupação Mirabal, o Estado, enquanto responsável legal pela criação de políticas às mulheres, se omite de sua obrigação (na qual é política, social e, também, econômica), bem como reafirma uma posição de vigilância e de controle sobre todos os corpos que habitam a Ocupação.

Embora se reproduzam padrões de relações nos fluxos criados entre a máquina estatal e os movimentos sociais, há também a circulação de poder que se dá nestas relações e que rearranjam os jogos de força e reinventam práticas já viciadas e institucionalizadas. A própria possibilidade de construção do fluxo entre a DEAM e a Ocupação Mirabal só é possível por uma escuta e uma suposição de saber da DEAM na Ocupação, o que representa, mesmo que

informalmente, a admissão da rede de que não tem conseguido enfrentar o fenômeno da violência contra mulher na forma em que ela está estruturada.

Há também, mesmo que isto soe como um paradoxo, o acolhimento da reivindicação trazida pelo movimento de ocupação, o qual induz a DEAM à reflexão sobre o fluxo da rede e à criação de alternativas para dar conta de uma enorme demanda que talvez angustie os próprios trabalhadores do serviço. Diante disto, se vê movimentos e deslocamentos de funções habituais de ambos atores sociais, mas que certamente esbarra em limites de até onde a composição de forças é possível. É o cálculo dos limites, a percepção das variáveis e suas intensidades, fatores os quais compõem uma complexa equação onde vidas estão em jogo, que me parece ser tarefa do movimento social de ocupação desempenhar para criar estratégias de resistência e de ação política.

Ao compor o fluxo criado com a DEAM, a Ocupação Mirabal já exerce uma relação de poder, uma vez que sem ela o fluxo não existiria. Neste movimento a Ocupação desloca-se da função reivindicatória para a função de composição, a qual desafia a práxis feminista de se manter em uma “posição de autonomia diante das estruturas patriarcal-capitalistas que singularizam a condição de subalternidade das mulheres.”⁵⁹ O Movimento de Mulheres Olga Benário se coloca na perspectiva do feminismo classista, uma das correntes do movimento feminista alinhado ao marxismo, o qual percebe a opressão de gênero e a violência contra mulher como efeito de um Estado patriarcal-capitalista, que tem como base a propriedade privada e a divisão sexual do trabalho.⁶⁰

O feminismo, como sujeito político, mobiliza-se na crítica radical dos elementos estruturantes da ordem patriarcal-capitalista, confrontando-se com o papel ideológico-normativo de instituições como Estado, família e igreja na elaboração e reprodução dos valores, preconceitos e comportamentos baseados na diferença biológico entre os sexos. (CISNE, GURGEL, p. 70, 2008)

A partir desta perspectiva, a emancipação da mulher só é possível pelo enfrentamento ao Estado patriarcal-capitalista e as instituições que o sustentam. É aí que a questão da autonomia ganha um campo de problematização, pois o Estado como responsável pela produção de políticas públicas é o mesmo que, segundo a lógica patriarcal, produz desigualdades e violências, o que impõe um desafio na forma como o movimento de

⁵⁹ CISNE, Mirla; GURGEL, Telma. Feminismo, Estado e políticas públicas: desafios em tempos neoliberais para a autonomia das mulheres. Revista Ser Social, Brasília, v. 10, n. 22, p. 69-96, 2008. p. 72.

⁶⁰ DE ASSIS, Isis; TOMMASI, Livia. As mulheres e a luta por casa de referência: a experiência do movimento de mulheres Olga Benário e o CRM Helena Preta. Ciências e Humanidades. São Bernardo do Campo, v. 2, n.1, p. 27-41, 2018.

mulheres irá se relacionar com este que é ao mesmo tempo agente e reparador de violências. Assim, ao criar e compor um fluxo de encaminhamentos com a DEAM, a Ocupação Mirabal põe em xeque sua autonomia, já que, de alguma forma, se dispõe à DEAM e com isso expõe seu funcionamento e sua organização enquanto movimento?

A questão da autonomia político-organizativa do movimento se expressa na necessidade histórica de se estabelecer canais de interlocução com o Estado, objetivado nas políticas públicas e ações governamentais. Para alguns grupos feministas, isso equivale a integrar-se em postos de burocracia do Estado e a colaborar com ele na reflexão, proposição e avaliação de ações e teorias acerca da condição das mulheres na sociedade. Outros acreditam que essa “contribuição burocrática” coloca o movimento em perspectiva de subordinação, fragilizando sua autonomia e, por conseguinte, seu potencial de resistência e contestação perante o Estado burguês-patriarcal. (CINE, GURGEL, p. 80, 2008)

O fragmento destacado acima expressa bem os diferentes vieses e riscos que se apresentam quando se constroem canais de atuação conjunta entre o movimento de mulheres e os equipamentos do Estado, ainda mais quando o movimento em questão parte de uma perspectiva marxista de definição do Estado, em que a luta política se situa entre a desconstrução das estruturas do Estado e a reivindicação por direitos e políticas direcionadas ao mesmo Estado. Nesse sentido, ao analisar o fluxo criado entre a DEAM e Ocupação Mirabal percebo uma resistência da Ocupação em tensionar o lugar de informalidade que lhe foi dado, o qual a deixa, assim, em uma posição submissa frente a um fluxo que também foi construído por ela. Ou seja, parece haver, por parte do movimento de mulheres, um receio de perder a autonomia político-administrativa do trabalho desenvolvido na Ocupação ao institucionalizá-la em uma política pública, risco que correria caso a Ocupação se tornasse um centro de referência por exemplo.

Talvez se trate de uma constante prática de autoanálise do movimento que consiga diferenciar, para fins de construção de uma agenda de ações do movimento, o feminismo enquanto sujeito político e o feminismo enquanto luta social. Desde a perspectiva do feminismo do movimento de mulheres Olga Benário, parece-me que o feminismo, como sujeito político, “mobiliza-se na crítica radical dos elementos estruturantes da ordem patriarcal-capitalista, confrontando-se com o papel ideológico-normativo de instituições como Estado, família e igreja”. Ou seja, há uma percepção do funcionamento e da lógica do Estado (visto como uma instituição) que é a lógica a ser combatida pelo feminismo enquanto sujeito político.

Já o feminismo como luta social parece ter de fazer o exercício de historicização de suas demandas e reivindicações com as singularidades do tempo histórico em que se luta. Cisne e Gurgel (2008) apontam que o feminismo como luta social deve “considerar a historicidade de cada época e a análise crítica de suas referências teóricas, ações tática e estratégicas como sujeito coletivo representativo das mulheres.” A prática da autoanálise e da formação interna do movimento pode ser um caminho que possibilite o cálculo e a criação de estratégias e ações para cada momento dentro da ética que constitui o sujeito político, o qual ampara a luta social.

Tratando-se de um movimento de ocupação de mulheres, o qual tem como objetivo o enfrentamento à violência contra mulher que se configura como um fenômeno social e que, portanto, deve ser enfrentado pela sociedade coletivamente, a interlocução entre a Ocupação e o Estado, como promotor e gestor das políticas públicas, é apenas uma das esferas de luta contra tal fenômeno. O espaço de uma ocupação representa um local onde se buscam formas alternativas de acesso aos direitos, como também representa um espaço privilegiado para o ensaio de outras formas de relação social entre todos que habitam a Ocupação, como as mulheres acolhidas, seus filhos, as militantes e apoiadores, que inerentemente são atravessados pela lógica patriarcal nas relações sociais cotidianas. Dessa maneira, as relações de convívio criadas entre as mulheres da Ocupação conseguem, de alguma maneira, pôr em xeque o modo de subjetivação hegemônico patriarcal que atravessa as relações entre os sujeitos?

Heleieth Saffioti (2015), socióloga, estudiosa da violência de gênero e militante feminista, busca em Pateman (1993) a ideia de que foi por meio do contrato social que se constituiu o patriarcado moderno.⁶¹ Segundo Pateman (1993), a liberdade civil postulada no contrato social não se configura como uma liberdade universal - é um atributo masculino que depende do direito patriarcal. Essa liberdade só é possível pela dominação masculina e é resultado do contrato sexual que constitui o contrato social.⁶²

A liberdade do homem e a sujeição da mulher derivam do contrato original e o sentido da liberdade civil não pode ser compreendido sem a metade perdida da história, que revela como o direito patriarcal dos homens sobre as mulheres é criado pelo contrato. [...] O pacto original é tanto um contrato sexual quanto social: é social no sentido patriarcal - isto é, o contrato cria o direito político dos homens sobre as mulheres -, e também sexual no sentido do estabelecimento de um acesso sistemático dos homens ao corpo das mulheres.(PATEMAN, 1993, p. 16-17, apud, SAFFIOTI, 2015, p. 56)

⁶¹ SAFFIOTI, Heleieth. Gênero, Patriarcado, Violência. São Paulo: Expressão popular: Fundação Perseu Abramo, 2ed, 160p, 2015. p. 56.

⁶² SAFFIOTI, Heleieth. Gênero, Patriarcado, Violência. São Paulo: Expressão popular: Fundação Perseu Abramo, 2ed, 160p, 2015.

O patriarcado é uma forma de expressão do poder político de um projeto masculino de dominação-exploração, que se organiza socialmente através da ordem patriarcal.⁶³ Esta permite que a função do patriarca ou que o exercício da função do patriarca seja praticado não somente pelo homem, mas delegado a qualquer sujeito que também possa reproduzi-lo.⁶⁴ Assim, o poder do patriarca pode ser delegado a outras categorias e atores sociais comprometidos com o projeto masculino de dominação-exploração.

Nessa esteira, compreendo a violência de gênero como a tentativa de manutenção da ordem patriarcal, por isso que ela não é cometida somente pelo homem contra a mulher, mas por um homem contra outro homem, por exemplo, se este, através de condutas e comportamentos, transgredir e ameaçar a cristalização de lugares e funções que deveria desempenhar no sistema patriarcal. Ou a violência praticada por uma mulher contra uma filha quando o homem no suposto exercício da função paterna não se encontra. Neste caso, o poder masculino do patriarca é outorgado à mulher para a educação do filho.

A categoria *gênero* pode ser analisada desde a perspectiva da identidade de gênero, que significa com qual gênero - feminino ou masculino - o sujeito identifica-se a partir de uma lógica binária que é dividida entre os códigos e símbolos oriundo, ou do universo feminino, ou do universo masculino. Tal categoria também pode ser analisada desde a perspectiva dos efeitos, nas relações de gênero, da ordem patriarcal que pré determina o lugar, a função e como se darão as relações de gênero (este determinado pelo sexo biológico na ordem patriarcal) na estrutura das instituições sociais.⁶⁵

Trago esta breve conceituação da categoria *gênero* para se compreender que a violência de gênero, conforme Saffioti (2015) aponta, não é praticada exclusivamente pelo homem contra a mulher, mas sim deixa aberta a possibilidade do vetor da dominação-exploração.

Embora aqui se interprete gênero também como um conjunto de normas modeladoras dos seres humanos em homens e em mulheres, normas estas expressas nas relações destas duas categorias sociais, ressalta-se a necessidade de ampliar este conceito para as relações homem-homem e mulher-mulher [...] (SAFFIOTI, H. 2015, p. 130)

Dessa forma, a desigualdade de gênero, que pode vir a resultar na violência de gênero e, também, na violência contra mulher, apresenta-se virtualmente a todos os sujeitos que nascem, crescem e se subjetivam em/por um Estado patriarcal, bem como em todos os espaços e esferas sociais não permanecendo restrita ao tradicional núcleo familiar, onde as

⁶³ SAFFIOTI, 2015.

⁶⁴ SAFFIOTI, 2015.

⁶⁵ SAFFIOTI, 2015.

relações e desigualdades de gênero se evidenciam. Com isso, questiono-me se a Ocupação Mirabal centra seu trabalho somente nos efeitos da violência que acomete as mulheres, ou se também se preocupa com a prevenção, ou melhor, com os fatores que produzem violência. Se há, pois, uma proposição de trabalho de prevenção deve-se ter em mente que o patriarcado é uma ordem social que atravessa todos os gêneros e as relações sociais, inclusive o espaço de uma ocupação. Diante disto, faz-se necessário desconstruir uma suposta exterioridade da ordem patriarcal na figura do Estado e em suas instituições para se perceber que ela atravessa cada sujeito na sua relação consigo e com os outros.

Assim, indago-me se a Ocupação, para além da articulação de uma rede de apoio à mulher e da reivindicação do enfrentamento ao fenômeno da violência contra mulher, está atenta para a forma e a natureza das relações dentro da Ocupação. A meu ver, o que uma ocupação tem de mais revolucionário não é a sua resistência ou força perante os equipamentos do Estado, mas sim a sua capacidade criativa e sensível de tornar o território de uma ocupação um ensaio cotidiano de outros mundos, onde a existência a partir da diferença de cor, de crença, de origem, de desejo possa conviver e formar um coletivo comprometido e constituído pelas diferenças.

No atual contexto histórico político e social em que se vê o aprofundamento da lógica neoliberal com toda sua cartilha de comercialização de direitos sociais; de desmonte e precarização da rede pública, que teve um importante avanço nos anos de governo do partido dos trabalhadores; de repressão e criminalização dos movimentos sociais; parece urgente (e certamente o é) a luta por direitos, pelo cumprimento de mecanismos de participação social consolidados na Constituição de 88, bem como pelo poder de se organizar coletivamente nas ruas. Mas é tão urgente quanto tudo isto, a aposta nos territórios cotidianos do chão de fábrica, do interior das ocupações, do banco de uma praça, do ponto de ônibus. Esses corriqueiros e habituais territórios não podem ser diminuídos pela impessoalidade de um tempo onde se vive sempre de passagem pela pressa que nos consome. Eles precisam ser ocupados com a sensibilidade do artista que cria e inventa ao se demorar em detalhes de uma rua, ao perder a hora em uma conversa com algum estranho. A urgência também está na necessidade de olharmos para as nossas microrrelações também como territórios onde se pode reproduzir lógicas hegemônicas ou inventar outras formas de existência.

Cometa-Azul

Estávamos todos em uma sala informal e eu olhava ansiosa para o bloco de notas para não esquecer nada do que deveria falar. As pessoas conversavam entre si até que paravam, me olhavam e eu iniciava. Iniciava a apresentação, mas logo me fugiam as palavras e, então, buscava o bloco de notas, o conteúdo numa forma, ou talvez só a forma, onde o conteúdo dos acontecimentos da vida pouco importa ali compilados e reduzidos a palavras difíceis. Eu me perdia, as pessoas se dispersavam e isso acontecia algumas vezes até que resolvi deixar de lado o bloco de notas e libertei a experiência do que vivi da formatação dos conceitos que hoje parecem incendiados. Na cena seguinte eu me via no topo de uma espécie de torre azul. Tinha de descê-la não havia outra saída. Descia com cuidado, mas às vezes me aventurava e dava saltos para descer mais rápido, ou talvez para só me divertir mesmo. Já segura com o corpo ao chão, uma mulher realizava um exame em meus seios e ao fim do exame, com uma pinça, disse que teria de retirar algo que precisava sair do meu peito esquerdo. Com cuidado e lentamente, sob os meus e os seus olhos atentos, retirou o fragmento de algo que nem sei nomear, mas que tinha um formato e cor bem definidos. Logo em seguida, eu estava na rua, correndo, em meio a um caos tipo de uma guerra. Pessoas atiravam, outras eram atingidas e eu também era, mas seguia correndo e, enquanto corria, me perguntava se meu corpo ainda estava inteiro, se ainda estava viva e se em instantes morreria. Depois disso acordo, era o fim do sonho, a última cena.

6 de Novembro de 2018

8. Considerações finais

As considerações finais é o onde se anuncia um fim, mas que aqui, neste trabalho, não se trata simplesmente de um fim de uma escrita, se trata do fim de uma trajetória, do fim da ocupação de um território intitulado Universidade. Diante disto, me atrevo a dizer que é um fim, porque essa escrita precisa ser finalizada (ao menos no formato de um TCC) e porque o desligamento da universidade pela conclusão de todos os pré-requisitos para então me tornar

uma Psicóloga também está próximo. Por outro lado, não sei até quando as tantas experiências vividas durante estes anos seguirão em meu corpo, criando outros cursos e outros caminhos em minha vida. Afirmando, por isso, que é um fim que vislumbra um futuro e todos os sonhos que couberem nele.

Mas que tempo é esse que tem servido de cenário para mim, para os trabalhadores da rede pública, para os sujeitos de uma ocupação e para as mulheres da Ocupação Mirabal sonharem? Por onde andam nossos sonhos? Que tipos de territórios poderemos ainda inventar, ocupar e sonhar dentro do cenário comum que compartilhamos enquanto brasileiros e latinoamericanos?

A escrita deste trabalho localiza nas manifestações de junho de 2013 um espaço-tempo em que uma certa passividade social, ocasionada pelas promessas e feitos da era Lula, é desacomodada, incendiada e se converte em mobilização social nas ruas do país, pois o projeto político e econômico neoliberal posto em prática pelos governos dos partidos dos trabalhadores, mesmo que promotor de importantes políticas sociais, chegou no seu limite aos olhos, corpos e vida da população. “O que resultou de Junho de 2013?” foi uma das perguntas feitas no ciclo de debates sobre estas manifestações ocorrido em agosto deste ano no campus do vale da UFRGS. Avaliou-se como resultado a criação de leis, de jurisprudências, de políticas públicas, novas formas de organização interna dos movimentos, um aprofundamento da consciência política da população, etc.

Acredito que para muitas pessoas tais respostas não bastam e a pergunta segue aberta e talvez soe até como uma incógnita. Na esteira de como aponta Braga (2017), vejo Junho de 2013 como a expressão de uma frustração e de um descontentamento social de um modelo de país que não cabia mais nem para a elite brasileira que sentia seus privilégios, intocados há 500 anos, ameaçados por políticas sociais que reconfiguraram socialmente espaços e instituições de poder, nem para as classes populares que, de alguma forma, acreditaram que a política neoliberal baseada na distribuição de renda e na ascensão ao consumo traria qualidade de vida e respeito social.⁶⁶

A meu ver, é possível ver os efeitos de Junho de 2013 nas organizações e mobilizações populares que se seguiram nos movimentos contra a realização da Copa do Mundo de 2014 no Brasil; na continuidade da ocupação dos espaços públicos com arte e entretenimento de rua pelos jovens; nas ocupações urbanas por moradia e no fortalecimento do MTST como referência de movimento social urbano pelo direito à moradia; nas ocupações

⁶⁶ BRAGA, Ruy. A Rebelião do Precariado. Trabalho e o neoliberalismo no Sul Global. São Paulo: Boitempo, 2017. 269p.

das escolas encabeçadas pelos estudantes secundaristas realizadas em diversas cidades do país em 2015 e 2016; nas ocupações de diversas universidades federais em 2016 contra a PEC 90.

A relação que percebo entre Junho de 2013 com os movimentos citados é de natureza, uma vez que Junho de 2013 foi um grande e espontâneo movimento de ocupação das ruas, o qual inaugurou uma era de movimentos de ocupação em diferentes setores sociais. Ocuparam-se ruas, terrenos, prédios, praças, escolas, universidades. A consciência crítica produzida em Junho de 2013 impulsionou a população a ocupar o que lhes é de direito e a ocupar os espaços nos quais os direitos se produzem enquanto tal. Sob a forma de uma ocupação, um coletivo de pessoas se apropria coletivamente de direitos que têm lhes chegado (ou não) sobre a roupagem de uma mercadoria. Ultimamente, o acesso aos direitos não tem se dado pela via da cidadania que inclui a participação social, mas pela lógica de consumo em que o “direito-produto” chega pronto, empacotado, fechado.

Frente a esta lógica que põe em xeque os instrumentos e recursos de participação social criados desde a Constituição Federal de 88; que esvazia as discussões e debates entre a população e o Estado como o agente reparador de desigualdades sociais por meio de políticas públicas; que apresenta produtos prontos por vezes descolados da real necessidade social; a alternativa foi a ocupação, a participação, a reapropriação dos espaços. O movimento de ocupação de um espaço desafia a mercadoria fundante do capitalismo - a propriedade privada - e toda a sua racionalidade de privatização de direitos que faz parte do neoliberalismo. Dessa forma é que uma ocupação não tem como se restringir somente a busca de um direito social, pois ela é promotora e articuladora, pela participação social, de diferentes necessidades e direitos que atravessam os territórios.

Percebo uma ocupação como um espaço privilegiado de possibilidades de criação de outras formas de busca de direitos e de vivência dos mesmos. A força de uma ocupação reside na potência inventiva e cotidiana de mundos, de modos de relação e de organização do tecido social. A delicadeza está em não perder de vista este devir que existe em todo movimento de ocupação e que convive simultaneamente com a ameaça da violência policial, da dificuldade de acesso à rede pública do território e da reprodução subjetiva, nas microrrelações, de ordem sociais hegemônicas produtoras de violências.

O último ano completo de minha passagem pelo Instituto de Psicologia da UFRGS, bem como o fim deste trabalho de conclusão de curso se produziram neste ano de 2018 em que a crise política e social do Brasil se agravou. A primeira expressão deste cenário foi o assassinato da vereadora carioca Marielle Franco, que atuava como relatora da comissão

representativa da Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro criada para acompanhar as ações da intervenção militar federal no Rio de Janeiro.⁶⁷ Outra expressão representativa da conjuntura política, social e econômica é o dado de 13 milhões⁶⁸ de desempregados e, mais recentemente, a eleição do candidato de extrema-direita, Jair Bolsonaro, à presidência da República. O futuro no qual vislumbro meus sonhos precisa encontrar territórios possíveis neste cenário, assim como a luta dos movimentos sociais também terão de brotar deste contexto.

O anseio talvez esteja na pergunta de como conseguiremos resistir e existir, principalmente subjetivamente, em um cenário tão grave no qual estamos imersos. Que ferramentas, instrumentos, discursos e ações serão criadas e produzidas no e pelo tempo que desponta? Será que os movimentos de ocupação seguirão sendo uma das principais estratégias de luta ou outros territórios de combate serão inventados? Questões em aberto que necessitam ser primeiro ocupadas pela subjetividade coletiva dos sonhos, pela objetividade dos encontros e pelo exercício constante de autoanálise nos coletivos de luta. O caminho de agora, a meu ver, é o da aposta no poder da construção coletiva como enfrentamento a uma ordem neoliberal individualizante que nos faz acreditar em um suposto comum reduzido ao igual. Também aposto na descida de nossas torres, mesmo que isto nos gere medo e que ao chão nos espere uma zona de conflito. Que desçamos e nos encontremos, nem que seja, em um primeiro momento, para compartilharmos o que andamos pensando, sentindo e sonhando. A urgência é a do encontro e de preferência nas ruas!

9. Referências Bibliográficas

ANISTIA INTERNACIONAL. O labirinto do caso Marielle Franco. Disponível em: <https://anistia.org.br/wp-content/uploads/2018/11/folder-marielle-artefinal-web.pdf> > Acesso em: 20 nov 2018.

AMIGOS DA TERRA BRASIL. Disponível em: <http://www.amigosdaterrabrasil.org.br/sobre/sobre/> > Acesso em: 01 de Out 2018.

ALTHUSSER, Louis. Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado. Lisboa: Presença, 1974

⁶⁷ ANISTIA INTERNACIONAL. O labirinto do caso Marielle Franco. Disponível em: <https://anistia.org.br/wp-content/uploads/2018/11/folder-marielle-artefinal-web.pdf> > Acesso em: 20 nov 2018.

⁶⁸ BENEDICTO, Marcelo. Desemprego volta a crescer no primeiro trimestre de 2018. Agência IBGE notícias. 27 de abr 2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20995-desemprego-volta-a-crescer-no-primeiro-trimestre-de-2018> > Acesso em: 20 de nov 2018.

BASSUL, José. Reforma Urbana e Estatuto da Cidade. **Revista Latinoamericana de Estudios Urbanos Regionales**, Santiago, v.28, n.84, 2002.

BENEDICTO, Marcelo. Desemprego volta a crescer no primeiro trimestre de 2018. Agência IBGE notícias. 27 de abr 2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20995-desemprego-volta-a-crescer-no-primeiro-trimestre-de-2018> > Acesso em: 20 de nov 2018.

BRAGA, Ruy. A Rebelião do Precariado. Trabalho e o neoliberalismo no Sul Global. São Paulo: Boitempo, 2017. 269p.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p

BRASIL, Lei nº 8.742. Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS). Brasília: DF, 7 dez, 1993

BRASIL. Política Nacional de Assistência Social – PNAS. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2005.

CASTILLO, Lorena. O antes, o durante e o depois das mobilizações de Junho de 2013 em Porto Alegre: A força das ruas e seus desafios. In: MORAS, Alana; GUTIÉRREZ, Bernardo; PARRA, Henrique; ALBUQUERQUE, Hugo; TIBLÉ, Jean; SHAVELZON, Salvador, (orgs.) **Junho Potência das ruas e das Redes**. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2014. p. 122-133. Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/11177-20150226.pdf> > Acesso em: 20 set 2018.

COMITÊ POPULAR DA COPA (orgs), **Dossiê Copa do Mundo FIFA 2014 e as Violações de Direitos Humanos em Porto Alegre**. Porto Alegre: Heinrich Böll Brasil, Ong Cidade; Amigos da Terra Brasil, 2015. Disponível em: https://br.boell.org/sites/default/files/dossie_copa_poa_bollbrasil.pdf > Acesso em: 07 de Out 2018.

CONJUNTO UNIÃO DA JUTA/SP. Movimentos Populares e política habitacional no Brasil. 10 de out 2012. Disponível em: <http://observatoriodasmetropoles.net.br/wp/movimentos-populares-e-politica-habitacional-no-brasil/> > Acesso em 12 de out 2018.

COSTA, Claudia; ÁVILA, Eliana. Gloria Andalzua, a consciência mestiça e o “feminismo da diferença”. Florianópolis, **Revista Estudos feministas** v. 13, n. 3, p. 691-703. 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2005000300014/7725> > Acesso em: 23 out. 2018.

DE ASSIS, Isis; TOMMASI, Livia. As mulheres e a luta por casa de referência: a experiência do movimento de mulheres Olga Benário e o CRM Helena Preta. Ciências e Humanidades. São Bernardo do Campo, v. 2, n.1, p. 27-41, 2018.

CISNE, Mirila; GURGEL, Telma. Feminismo, Estado e políticas públicas: desafios em tempos neoliberais para a autonomia das mulheres. **Revista Ser Social**, Brasília, v. 10, n. 22, p. 69-96, 2008. p. 72.

FERNANDES, Edésio; ALFONSIN, Betânia (Org.). Direito urbanístico: estudos brasileiros e internacionais. Belo Horizonte: Del Rey, 2006. 392 p.

FOGLIATTO, Débora; GOMES, Luis Eduardo. Por Direito à moradia, 98 famílias ocupam prédio público abandonado no Centro da Capital. Sul21, Porto Alegre, 16 nov. 2015. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/cidades/2015/11/por-direito-a-moradia-98-familias-ocupam-predio-publico-abandonado-no-centro-da-capital/> > Acesso em: 15 de out. 2018.

GOMES, Luís Eduardo. Mirabal corre contra o tempo para evitar despejo e continuar acolhendo mulheres vítimas de violência. Sul21, 20 mai 2018. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/ultimas-noticias/geral/2018/05/mirabal-corre-contra-o-tempo-para-evitar-despejo-e-continuar-acolhendo-mulheres-vitimas-de-violencia/> > Acesso em: 05 de nov 2018.

HARVEY, David et al. Occupy. Movimentos de protesto que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2012. 86p.

<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/562765-o-comum-um-ensaio-sobre-a-revolucao-no-seculo-21>

http://www2.anfip.org.br/publicacoes/livros/includes/livros/arqs-pdfs/Livro_da_20_anos_Constituicao72dpi.pdf#page=131

http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:l_BTAaU_GK8J:repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8264/1/Direito%2520%25C3%25A0%2520moradia.pdf+&cd=10&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br

La Rebelión Pinguina. Produção de Carlos Pronzato. Chile/Argentina: La Mestiza Audiovisual, 2008. 40min.

MEDEIROS, Tanise. Territórios em Disputa: A (in) visibilidade Dos Territórios Negros Na Cidade De Porto Alegre. **Educação básica revista** v.2, n. 1, p. 64-72, 2016.

MOVIMENTO DE MULHERES OLGA BENÁRIO. Disponível em: <http://movimentodemulheresolgabenario.blogspot.com/p/quem-somos.html> > Acesso em: 06 de nov 2018.

MTST. As Linhas Políticas do MTST. Disponível em: <http://www.mtst.org/quem-somos/as-linhas-politicas-do-mtst/> > Acesso em: 12 de ou 2018.

OLIVEIRA, Samir. Retrospectiva dos Protestos em Porto Alegre: 2013, o ano que não terminou. Sul21, Porto Alegre, 25 de dez. de 2013. Disponível em <https://www.sul21.com.br/cidades/2013/12/retrospectiva-2013-o-ano-que-nao-terminou/> Acesso em: 27 de set de 2018.

PEREIRA, Marta.; BARCELLOS, Christovam. O território no programa de saúde da família. Hygeia, Uberlândia, v. 2, n. 2, p. 47-55, jun. 2006.

QUEIROZ, Thiago. Espaço Geográfico, Território Usado e Lugar: Ensaio sobre o pensamento de Milton Santos. **Revista Eletrônica Para Onde**, Porto Alegre, v. 8, n. 2, p. 154-160, 2014.

RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. São Paulo: Ática, 1993

SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adéli; SILVEIRA, Maria Laura. Território: globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec, 1994.

ROCHA, Enid. A constituição Cidadã e a Institucionalização dos espaços de Participação Social: avanços e desafios. In: VAZ, Flavio; MUSSE, Juliano; DOS SANTOS, Rodolfo. (coords). **20 Anos da Constituição Cidadã: Avaliação e desafios da Seguridade Social**. Brasília: ANFIP, 2008. p. 131-148.

ROLNIK, Raquel. Direito à moradia. Repositório IPEA, ano 6, edição 51, 2009;

SAFFIOTI, Heleieth. Gênero, Patriarcado, Violência. São Paulo: Expressão popular: Fundação Perseu Abramo, 2ed, 2015. 160p

SANTOS, Boaventura. Esquerdas do mundo, uni-vos! São Paulo: Boitempo, 1ed, 2018.

SANTOS, Milton. Da Totalidade ao Lugar. São Paulo: Edusp, 2005.[SANTOS, Milton. Espaço e sociedade. Petropolis: Vozes, 1978

SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia; SILVEIRA, Maria Laura. Território: globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec, 1994. *apud* QUEIROZ, Thiago. Espaço Geográfico, Território Usado e Lugar: Ensaio sobre o pensamento de Milton Santos. **Revista Eletrônica Para Onde**, Porto Alegre, v. 8, n. 2, p. 154-161, 2014.

SINGER, André. “Brasil, Junho de 2013. Classes e Ideologias Cruzadas.” In: **Dossiê: Mobilizações, Protestos e Revoluções**. Revista: Novos Estudos Cebrap. n 97. São Paulo: Editora 34, 2013. p. 23-40.

UEDA, Vanda. A construção, a destruição e a reconstrução do espaço urbano na cidade de Porto Alegre do início do século XX. **Revista GEOUSP Espaço e Tempo**, n. 19, p. 141-150, 2006. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/73995> > Acesso em: 20 out. 2018.